

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo corre para salvar MPs 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad avança em receita, mas zerar déficit em 2024 é dúvida 4

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo busca acordos para manter pastas e alternativas às MPs "caducas" 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Como articulador, Haddad coloca à prova habilidade política para desatar sete nós
..... 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: é possível fazer a declaração em 15 minutos 12

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Você queria ser punido com aposentadoria de R\$ 32 mil? (Rômulo Saraiva) 13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Demora em perícias pode gerar pagamento indevido de R\$ 6,6 bi em aposentadorias, alerta
TCU (Previdência) 15

VALOR ONLINE - SEGUROS
SEGURIDADE SOCIAL

As apólices de seguros se preparam para ser "pop" 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bloqueio de R\$ 1,7 bi nos gastos vai poupar Educação e Saúde, diz Tebet 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fiscalismo de Haddad e desenvolvimentismo de Lula (Artigo) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A hora e a vez da reforma tributária (Artigo) 22

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga 24

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

'O olhar não pode ser focado no curto prazo', diz economista sobre reforma tributária
..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fatiar reforma tributária pode impedir redução de desigualdades	28
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reformar o sistema tributário para reindustrializar o Brasil (Artigo).....	29
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA	
Muito otimismo e pouca ambição (Editorial).....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
"É fundamental fortalecer a AL"	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
A extrema direita ameaça a Europa (Editorial).....	34
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Raul Velloso - RAUL VELLOSO	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
"O olhar não pode ser focado no curto prazo"	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Inflação parece que vai engrenar uma melhora, diz Campos Neto	40
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
Otimistas com PIB veem espaço para melhora nas projeções do restante do ano.....	42

Governo corre para salvar MPs



Plenário da Câmara: semana decisiva para o governo testar a força de articulação política da base aliada

Taísa Medeiros, Ândrea Malcher

O tempo está contra o governo Lula. Sete medidas provisórias (MP) perdem a validade na próxima quinta-feira, o que exigirá muita habilidade do Palácio do Planalto nas articulações com o Congresso Nacional.

A MP no centro dos interesses do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é a que reestrutura a Esplanada dos Ministérios. Caso ela não seja votada pelas duas Casas até 1º de junho, o Executivo perderá 17 pastas. Na prática, será reinstalado o desenho do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O parecer do relator da proposta, Isnaldo Bulhões (MDB -AL), esvaziou os ministérios de Marina Silva e Sônia Guajajara, ao retirar responsabilidades importantes das pastas, como o controle do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que sairia do Meio Ambiente (MMA) indo para a Gestão, e da demarcação de terras, que deixaria a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) - submetida aos Povos Indígenas (MPI) - para ser alocada à pasta de Justiça e Segurança Pública.

Rui Costa, ministro da Casa Civil, afirmou na última sexta-feira que o governo seguirá "trabalhando para que o conceito original dos pontos que foram mexidos possam retomar". Mas, ao mesmo tempo, Costa assegurou que o possível esvaziamento do MMA e do MPI não seria empecilho para a implementação do programa político de Lula.

"O relatório não acaba com nenhum ministério, não acaba com nenhum órgão, não tira do governo a possibilidade de poder implementar a sua agenda política.

Nós vamos continuar conversando com o Congresso

Nacional, com o seu relator, para buscar, até a votação no plenário, os aprimoramentos necessários", afirmou Rui Costa.

Apesar do otimismo da Casa Civil, a base aliada foi alertada de que, se o governo tentar reaver as perdas, corre risco de desconfigurar ainda mais a proposta original.

Carf e Coaf

Sem comissão mista instalada, a MP que devolve o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à Fazenda não deve ser votada. Assim, o órgão deverá permanecer sob a tutela do Banco Central (BC). "A única MP que preocupa é a do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais). A do Coaf não vai ser votada, eu acho. Sobre a do Carf, nós combinamos com Arthur Lira (PP-AL) (presidente da Câmara) de mandar um PL com urgência constitucional e ele deve nomear um relator para o PL nesta semana", comentou Haddad, que encaminhou a MP do Carf como uma estratégia para aumentar a arrecadação do governo.

A MP do Carf retoma o voto de qualidade dos processos administrativos, o que daria mais respaldo ao governo que poderia decidir em casos de empates em decisões do colegiado. O grupo é responsável por julgar processos tributários.

Ainda na quinta-feira, caduca a MP que retomou o Bolsa Família e que garantiu o incremento de 50% do Auxílio Gás. A medida é essencial para viabilizar a próxima parcela do Auxílio Gás, que será paga entre os dias 19 e 30 de junho, o que denota o curto prazo para a tramitação.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/30/all.pdf>

Haddad avança em receita, mas zerar déficit em 2024 é dúvida

Idiana Tomazelli

Dependente de novas receitas para cumprir as metas fiscais prometidas para os próximos anos, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) conseguiu avançar na aprovação de medidas que podem elevar a arrecadação da União em 2024, mas o alcance da meta de zerar o déficit público no ano que vem ainda é uma dúvida entre analistas do mercado.

Nas contas do governo, iniciativas já validadas pelo Legislativo e pelo Judiciário podem renderão menos R\$ 130 bilhões aos cofres públicos no ano que vem. Outras ações podem ampliar esse valor, mas ainda demandam aval dos parlamentares ou decisão política do Executivo (como a reoneração dos combustíveis, que pode resultar, sozinha, em mais R\$ 60 bilhões).

Por outro lado, o governo também tem adotado medidas que abrem mão de receitas, como a correção da tabela do IR, a prorrogação de incentivos para o setor de eventos e empresas aéreas e um novo programa de estímulo à aquisição de automóveis.

Economistas fora do governo veem certo otimismo nas estimativas oficiais e têm criticado a opção da gestão Lula (PT) de centrar os esforços pelo ajuste no lado da receita, em vez de conter gastos. Ainda assim, há a avaliação de que alguns fatores podem contribuir para ampliar a arrecadação nos próximos períodos, embora não na medida propagada pela equipe econômica.

AIFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado calcula um potencial de arrecadação extra de R\$ no,6 bilhões no ano que vem, já incluindo medidas validadas ou pendentes de aprovação.

AXP Investimentos vê espaço para elevar as receitas em R\$ 148 bilhões, mas, para isso, conta com promessas ainda não concretizadas, como a tributação de apostas esportivas.

A discussão tem relevância porque 2024 será o primeiro ano sob a vigência do novo arcabouço fiscal, caso ele seja chancelado pelos congressistas. A Câmara já deu sinal verde à proposta, que aguarda apreciação do Senado.

O governo promete zerar o déficit em 2024, atingindo o equilíbrio entre receitas e despesas. A nova regra

prevê uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para mais ou menos,

partir do ano que vem. A estimativa da Fazenda é obter R\$ 20 bilhões em 2024, podendo chegar a R\$ 70 bilhões anuais no futuro. A IFI considera um valor semelhante para o ano que vem, enquanto a XP espera um valor bruto menor, de R\$ 12 bilhões, a ser dividido com os governos regionais.

A equipe econômica também conseguiu aprovar, na quarta (24), o fim do aproveitamento de créditos do ICMS, imposto estadual, no pagamento de PIS e Cofins, **tributos** federais. As empresas tiveram vitória no julgamento no Supremo que retirou o ICMS da base de cálculo de PIS/Cofins nas operações de venda, mas continuavam contabilizando o imposto estadual nas aquisições de insumos porque isso era mais vantajoso -elas ficavam com um crédito tributário maior para abater **tributos** devidos.

Uma MP foi editada no início do ano para pôr fim à manobra, mas havia o risco de que perdesse validade antes de ser votada no Congresso. O governo articulou a inclusão da proposta em outra MR que tratava de incentivos ao setor de eventos e de empresas aéreas.

Os benefícios fiscais devem custar R\$ 4,3 bilhões ao ano. Ainda assim, o ganho esperado com o fim do uso dos créditos é maior, chegando a R\$ 60 bilhões em 2024.

"Não temos uma estimativa própria, mas deve ser um número elevado de fato", afirma o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos.

A maior controvérsia de números envolve a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que restabeleceu a cobrança de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) sobre incentivos fiscais do ICMS que não tenham como foco subsidiar investimentos.

A Fazenda prevê uma arrecadação de ao menos R\$ 50 bilhões líquidos a par tir do ano que vem. Já a IFI calcula um impacto bem mais modesto, de R\$ 12,5 bilhões. A XP espera uma arrecadação de R\$ 21 bilhões para o Tesouro - uma outra parcela terá de ser dividida com estados e municípios.

Além da divergência de valores, economistas adotam cautela porque os contribuintes podem recorrer da decisão do STJ, adiando o ingresso dos recursos nos cofres do governo. "Além da dificuldade em estimar os valores, a possibilidade de as atuais disputas judiciais se estenderem pelos próximos anos constitui outro fator de incerteza", alerta a IFI.

Apesar das medidas aprovadas, o governo enfrenta reveses. O efeito estrutural esperado da redução dos litígios no **Carf**, que julga conflitos tributários, deve ficar só no papel com a perda de validade da MP que buscava reto-mar o voto de desempate em favor da Fazenda.

"Do que foi anunciado como medida estrutural, perene, nossa estimativa está em R\$ 148 bilhões. É um ganho significativo, claro, mas menor do que o governo vinha prometendo", diz Sbardelotto, da XP.

Segundo ele, as metas estipuladas por Haddad seguem "bastante ambiciosas", mesmo com o avanço nas medidas que elevam a arrecadação.

"Com a mudança do arcabouço, que acaba potencializando o crescimento da despesa em 2024, pois o relator abriu a possibilidade para que [o gasto] cresça 2,5%, a gente vê que faltam pelo menos uns R\$ 100 bilhões para cumprir a meta. Ainda há um caminho grande para o governo conseguir fechar esse buraco." o que equivale a algo em torno de R\$ 25 bilhões.

A capacidade de o governo cumprir suas próprias metas no primeiro ano de funcionamento da regra será um sinalizador importante sobre a sustentabilidade do arcabouço.

Entre as medidas já aprovadas e que podem reforçar o caixa, está uma MP (medida provisória) editada ainda sob Jair Bolsonaro (PL) que muda as regras do chamado preço de transferência -forma de tributar operações internacionais realizadas por empresas que integram um mesmo grupo econômico.

O objetivo central da proposta é fechar brechas usadas por multinacionais para pagar menos **impostos** no Brasil. Como a tributação sobre a renda é menor em outros países, elas declaram a venda de seres pro -dutos para filiais no exterior a um preço próximo do custo de produção e, de lá, concluem a comercialização para o destinatário final pelo preço real.

Para acabar com a manobra, a proposta estende às operações realizadas dentro de um mesmo grupo as regras aplicadas nas transações entre empresas não

relacionadas.

As novas regras já foram aprovadas e aguardam apenas sanção presidencial. Sua aplicação será obrigatória a

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50292&anchor=6478092&maxTouch=0&_ga=2.118288398.623791784.1685329739-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=c690c8af0f43de77f441cade85eb0c14

Medidas tributárias

Governo obtém aval do Legislativo e do Judiciário a medidas que podem elevar receitas da União

As expectativas do governo para a arrecadação, em R\$ bilhões

Situação		2023	2024
Fim do aproveitamento de créditos do ICMS no pagamento de PIS/Cofins	Aprovada pelo Congresso	30	60
Cobrança de tributos sobre incentivos do ICMS que não sejam para investimentos	Decisão favorável no STJ	*	50
Preços de transferência**	Aprovada pelo Congresso	-	20
Reoneração de combustíveis	MP em vigor estende benefício até fim de junho***	22,27	60
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	Decreto editado; liminar no STF mantém cobrança	4,4	6
Tributação sobre renda auferida no exterior	MP editada, depende de aval do Congresso	3,25	3,59
Correção da tabela do IRPF	MP editada, depende de aval do Congresso	-3,2	-5,88
Programa de incentivo à aquisição de automóveis	Em discussão no governo	****	****
Renovação do Perse (eventos) e isenção de aéreas	Aprovada pelo Congresso	-4,3	-4,3

* A depender da adesão ao programa de regularização de valores não pagos nos últimos anos

** Regras de tributação das operações internacionais realizadas por empresas que integram um mesmo grupo econômico

*** O fim do prazo do benefício coincide com a data limite para tramitação da MP. Se Congresso não agir, reoneração estará garantida a partir de 1º de julho

**** O alcance do programa ainda está em discussão. Se durar 7 meses, impacto pode ser de até R\$ 990 milhões em 2023. Se for 4 meses, cerca de R\$ 560 milhões

Fonte: Ministério da Fazenda

Governo busca acordos para manter pastas e alternativas às MPs "caducas"

GIORDANNA NEVES, CAIO SPECHOTO, IANDER PORCELLA, FERNANDA TRISOTTO, AMANDA PUPO E ISADORA DUARTE

Sem maioria no Congresso e com falhas na articulação política, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem sete medidas provisórias (MPs) que perdem a validade nesta semana, todas na próxima quinta-feira. Depois de aprovada em comissão especial com um texto que levou ao esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, a MP que trata da reestruturação da Esplanada deve ser votada pelos plenários da Câmara e do Senado.

As demais, no entanto, podem perder a validade.

A que mais preocupa o governo é a 1.160, que retomou o voto de desempate a favor da **Receita Federal** nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Ela deve perder a validade, mas um acordo entre Executivo e Legislativo - que enfrenta resistência no Congresso - prevê a tramitação em forma de projeto de lei (PL). O governo enviou o PL, mas ele não será votado antes de a MP perder a validade.

Um relator para o projeto deve ser definido ainda esta semana.

Fazer com que o governo volte a ter a vitória em caso de empate nos julgamentos do **Carf** é um dos principais pontos do plano do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para as contas públicas. "A única MP que preocupa é a do **Carf**", afirmou.

MINISTÉRIOS. Outra representante da área econômica, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse acreditar em bom termo no caso da MP dos ministérios. A Medida Provisória 1.154/23 foi publicada no primeiro dia do novo governo, definindo um total de 37 ministros em 31 pastas e seis órgãos com status de ministério. No entanto, se o texto não for votado até 1.º de junho, a MP perde a validade e a estrutura do governo volta ao que era na gestão de Jair Bolsonaro, com 23 ministros.

Entre as pastas que seriam novamente extintas está a do Planejamento, de Tebet. O relatório é do correligionário da ministra, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL). "Isnaldo é um homem de diálogo. Acredito

que ele foi até onde podia para transacionar e aprovar o texto. Não significa que o texto aprovado na comissão será o aprovado no plenário", disse Tebet. Segundo ela, o momento agora é de cada ministério procurar a Casa Civil, pois eventuais mudanças dependerão de articulação política.

Bulhões ajudou a costurar um acordo entre o governo e a bancada ruralista, para compartilhar a gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) entre o Ministério da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. A tendência é a de que Câmara e Senado mantenham a mudança para evitar que a medida caduque.

VALE-GÁS. Outras MPs que perderão a validade tiveram o conteúdo incluído em medidas diversas.

O governo, por exemplo, avalia editar decreto para garantir o pagamento adicional do Auxílio Gás para a população de baixa renda se a medida que trata do assunto caducar.

O cenário tem alta probabilidade de ocorrer, já que nem o relator foi designado e o texto ainda teria de passar por comissão mista e ser aprovado pelos plenários da Câmara e do Senado até quinta. Atualmente, 5,7 milhões de famílias são beneficiárias do programa.

O auxílio foi criado em novembro de 2021, no governo Bolsonaro. A medida previa um benefício mensal para pessoas de baixa renda que era equivalente a 50% do preço médio do botijão no País. Em agosto de 2022 o programa passou a cobrir o valor integral do botijão a cada dois meses. O adicional de 50% no pagamento foi prorrogado pelo governo Lula com a edição da MP em janeiro.

A tramitação das MPs atrasou por causa de um desacordo entre Câmara e Senado. Os deputados queriam manter o rito da pandemia, quando as MPs passaram a ser votadas primeiro no plenário da Câmara e depois no Senado, sem análise prévia de comissão mista. O Senado insistiu no retorno do rito descrito na Constituição, e as comissões mistas voltaram.

Essas medidas são editadas pelo Executivo e têm força de lei a partir de sua publicação por até 120 dias.

Para continuarem valendo após esse prazo, precisam de aprovação do Legislativo.

Legislação

As medidas que podem caducar esta semana

I Reestruturação

A MP 1.154 deve ser votada nos plenários da Câmara e do Senado. Na primeira análise, deputados e senadores esvaziaram as pastas do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas

I Voto de qualidade no **Carf** A MP 1.160 perderá validade.

Um acordo entre Executivo e Legislativo prevê um projeto de lei para o tema

I Extinção da Funasa

A MP 1.156 perderá validade sem ser votada, mas a autorização para fechar o órgão foi incluída no relatório da reestruturação dos ministérios

I ICMS, PIS e Cofins

A MP 1.159, que exclui o ICMS da base de cálculo dos créditos de PIS/Cofins, também deverá perder a validade, mas seu conteúdo foi juntado à medida sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)

I Combustíveis

A MP 1.157 perderá a validade, mas também teve o conteúdo absorvido pela medida provisória do Perse. A redução de **impostos** sobre óleo diesel e gás de cozinha até o fim do ano será preservada

I Coaf na Fazenda

A Medida Provisória 1.158 deve perder a validade e, com isso, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) não será transferido da alçada do Banco Central para o Ministério da Fazenda

I Auxílio Gás

A MP 1.155, que estabelece um auxílio para famílias de baixa renda comprarem botijão de gás não tem nem relator designado e deve perder a validade.

O governo estuda um decreto para manter o programa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como articulador, Haddad coloca à prova habilidade política para desatar sete nós



Haddad em recepção a comitiva da Venezuela, no Planalto, ontem; ministro tem papel de articulador

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO

A aprovação do novo arcabouço fiscal na Câmara revelou a bem sucedida articulação diretamente conduzida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ainda assim, na direção da agenda da área, têm aparecido algumas falhas, sejam da equipe econômica, sejam de outros setores do governo, e há pontos em aberto à espera de uma solução política pelas mãos do ministro.

A expectativa de que Haddad possa encontrar uma saída para pelo menos sete erros de articulação política do governo Lula na economia, reunidos pelo Estadão (veja a lista no quadro ao lado), se dá em razão da relação que o ministro estabeleceu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL) na tramitação do arcabouço fiscal.

Nos bastidores, tanto políticos quanto interlocutores do mercado financeiro dizem que o ministro conquistou a confiança de Lira em um momento-chave de empoderamento do Congresso, o que será decisivo para a aprovação da **reforma tributária**.

No dia da votação mais importante para o governo até agora, a da regra fiscal, Haddad foi o único ministro convidado a participar de reunião com Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e 14 representantes do setor privado.

A leitura em Brasília da comemoração antecipada da

aprovação cristalizou o descredenciamento do time político de Lula, Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil), pela cúpula do Congresso.

Na noite seguinte, em 24 de maio, sob o comando de Lira, os parlamentares deram o recado ao Planalto, impondo três derrotas ao governo na área ambiental.

Ainda que a votação do novo arcabouço fiscal tenha sido expressiva, com 372 votos favoráveis, o governo só tem 130 votos firmes no Congresso e, por isso, não possui apoio suficiente para impor sua agenda.

O grande teste não será nas medidas reformistas, que Lira e Pacheco chamam de "pauta- País" e que tomaram para si, como o arcabouço e a **reforma tributária**, mas nas iniciativas que ele terá de aprovar para aumentar a arrecadação - necessária para colocar o marco fiscal de pé.

"Aumento de imposto não passa no Congresso hoje. A tributação dos trusts pode até passar porque foi feita para compensar o Imposto de Renda; mas, de resto, muito difícil", afirma o senador Efraim Filho (União-PB).

TRIBUTAÇÃO NO EXTERIOR.

Um dos erros mais recentes é Haddad ter editado uma medida provisória (MP) num domingo (30 de abril), véspera de 1.º de maio, sem avisar Lira nem outros deputados de que passaria a taxar investidores no exterior para compensar a isenção no IR para rendimentos até R\$ 2 mil.

Apesar do tropeço, a equipe de Haddad optou por correr o risco por causa do teor da medida, que sempre enfrentou resistências e poderia ser abortada antes mesmo de sair do papel.

Em matéria tributária, que envolve interesses bilionários, a máxima é que não se avisa antes.

Mas, para interlocutores do presidente da Câmara, a surpresa não caiu bem, e há risco de a MP caducar, embora algumas lideranças acreditem que a taxaçoão pode receber apoio no Congresso e surpreender os críticos.

MUDANÇA NO CARF POR MP.

Nesse jogo de erros e acertos, o primeiro escorregão ocorreu na tentativa de arrecadar mais com a mudança no Carf. Haddad optou por tentar elevar o poder da União no conselho por meio de medida provisória, apesar de o Congresso ter aprovado em 2020 um projeto de lei na direção oposta - com o fim do voto de qualidade da Receita em casos de empate. Na ocasião, os parlamentares decidiram dar mais poder aos contribuintes nos julgamentos, numa decisão patrocinada por Lira e Pacheco.

O resultado é que a MP, que expira nesta quinta-feira, deve caducar. Haddad já entrou em campo para corrigir a rota. O governo enviou um projeto de lei, que tramita com urgência, mas ainda não há relator designado.

ACORDO NO STF.

O segundo tropeço nesse assunto foi Haddad ter costurado acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Supremo Tribunal Federal (STF), ignorando o Legislativo.

Isso foi mal interpretado porque o ministro buscou resolver em outro Poder uma querela que os parlamentares dizem ser parte de um "revisionismo" do governo, a exemplo da privatização da Eletrobras.

CASO ELETROBRAS.

A autorização de venda do controle da estatal foi concedida em 2021, pelo Congresso, com projeto relatado por Elmar Nascimento (União- BA), aliado de primeira hora de Lira e apontado como possível sucessor dele na presidência da Câmara. Ainda assim, por iniciativa de Rui Costa, segundo informou Lula, o governo decidiu questionar no STF o poder de voto do governo na empresa.

VERBORRAGIA.

Lula e Rui Costa criticaram a privatização - o chefe da Casa Civil chegou a falar em "mau cheiro de imoralidade" no processo de venda do controle da companhia. A iniciativa não teve o apoio de Haddad, que na sexta-feira passada fez malabarismo para evitar se posicionar diretamente sobre o assunto.

"Acho que a privatização foi malfeita. Disse isso quando foi aprovada", disse, em entrevista à GloboNews.

REVÉS NO SANEAMENTO.

Lira já avisou que, no Congresso, a iniciativa de rever

a privatização não vai prosperar - o que foi interpretado como uma senha de que o mesmo vale para o marco do saneamento. O projeto de lei que derruba os decretos de Lula sobre o tema, aprovado na Câmara no fim de abril, está oficialmente tramitando no Senado. Mas ninguém acredita que sairá da gaveta, ainda mais depois que o governo sinalizou a senadores que pretende revogar o texto para evitar a derrota.

"A revisitação de temas que o Congresso votou há pouco tem de acontecer, quando acontecer, no âmbito do Congresso.

É importante que acalmem os ânimos com relação a essas pautas que, efetivamente, não terão eco nos plenários das duas Casas", afirmou Lira, na última semana, em discurso ao lado de Haddad. Neste caso, ainda que a iniciativa tenha partido da Casa Civil de Rui Costa, Haddad deverá entrar em campo para ajudar a preparar um novo decreto, dessa vez negociado com os parlamentares.

INDICADO AO BC.

O próximo item da fila, porém, é acertar os ponteiros com o Senado para viabilizar a indicação de seu número 2, Gabriel Galípolo, para a diretoria de política econômica do Banco Central (BC).

O anúncio, feito sem aviso prévio ao presidente da Casa, atrasou a sabatina dele na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Com isso, agora são poucas as chances de o escolhido de Haddad chegar ao BC a tempo de participar da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 20 e 21 de junho, para definir a taxa básica de juros.

Antes disso, Galípolo já foi informado pela equipe política de que deverá participar de reuniões com senadores para fazer a sua apresentação. Sua rejeição não está no mapa.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) minimiza o mal-estar provocado pelo jeito com que a escolha veio a público, sem costura política prévia, como é de praxe.

"Eu também não fui avisado", disse.

Entre economistas do mercado, a imagem de Haddad como articulador político é positiva, porque ajudou a viabilizar a agenda econômica no Congresso, ao limpar o caminho para a aprovação do arcabouço fiscal e, no futuro, da reforma tributária.

Mas há quem veja risco nessa trajetória, ao ressaltar

que Haddad só ficou popular entre os deputados porque "político gosta de gastar, e o arcabouço deixa gastar" mais no curto prazo.

No meio político, a aproximação de Haddad e Lira é vista ainda como um jeito de o presidente da Câmara incomodar o PT e estimular o fogo amigo no núcleo do governo Lula.

Percepção

No mercado, a imagem de Haddad como articulador é positiva, pois viabiliza a agenda econômica

Obstáculos

Os 7 desafios do ministro da Fazenda

I Tributação no exterior sem sinalização

I Mudança no **Carf** por MP

I Acordo no STF "por cima" do Parlamento

I Eletrobras no STF

I Verborragia contra a privatização da Eletrobras

I Retrocesso no saneamento

I Indicação de Galípulo sem aviso prévio

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IR: é possível fazer a declaração em 15 minutos



Últimos dias. Atenção total a despesas médicas no informe de rendimento

Se deixou a entrega da declaração do Imposto de Renda (IR 2023) para a última hora, não se desespere: é possível informar todos os dados ao Fisco em 15 minutos.

O prazo de envio dos documentos para a **Receita Federal** termina amanhã, dia 31 de maio.

Para declarar em poucos minutos, escolha a declaração pré-preenchida. Assim, todas as informações que constam na base de dados da Receita são recuperadas e atualizadas de forma automática no formulário.

Assim, já se começa a fazer a declaração com vários campos preenchidos. As informações de rendimentos, deduções, bens, direitos, dívidas e ônus reais são importadas do documento do ano anterior e das declarações de terceiros, como fontes pagadoras, imobiliárias ou serviços médicos, por exemplo.

Vale lembrar que esse modelo de preenchimento só está disponível para quem é nível prata ou ouro no Gov.br, de onde a declaração deve ser baixada. Mesmo com a declaração pré-preenchida, é importante checar tudo o que aparece na tela.

ERROS MAIS COMUNS

É função do contribuinte conferir os números para não cair na malha fina. Por isso, deixe alguns documentos separados de antemão.

Não se esqueça do informe de rendimentos, notas fiscais de compra e venda de bens, comprovantes de

contas correntes, aplicações e **previdência complementar**, além de recibos de despesas médicas ou com educação.

Na hora da correria, vale atentar para alguns pontos que mais levam o contribuinte a entrar para a malha fina da Receita.

A omissão de rendimentos é o erro mais frequente.

Qualquer pagamento recebido, mesmo por trabalhos eventuais, precisa ser declarado.

O recebimento de aluguel de imóvel, por exemplo, é uma renda tributável e deve ser incluído na declaração.

Rendimentos dos dependentes também precisam ser declarados. Muitas vezes, filhos fazem trabalhos temporários e recebem remuneração, mas esse ganho deixa de ser informado na declaração, o que pode reter a restituição.

Nas despesas médicas, o problema ocorre quando o valor declarado como despesa médica não foi confirmado pelo profissional, clínica ou hospital. Tenha sempre o comprovante para informar os números corretamente.

Cursos de idiomas, artes, dança e atividades esportivas e culturais não são dedutíveis, tampouco despesas com uniforme, transporte e material escolar e didático.

As despesas de educação dedutíveis englobam o ensino infantil, fundamental, médio e superior, além da educação profissional.

A aplicação em planos de previdência privada ou complementar pode ser deduzida até o limite de 12% do rendimento tributável. Mas esse benefício só pode ser usado no Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL).

É necessário declarar à receita o patrimônio que foi acumulado durante o ano com os rendimentos recebidos -se foram feitos investimentos, a compra de uma casa ou aplicação na poupança, por exemplo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Você queria ser punido com aposentadoria de R\$ 32 mil? (Rômulo Saraiva)

Rômulo Saraiva

O que você diria de ser punido com aposentadoria no valor de R\$ 32 mil, em plena meia-idade e não precisar mais trabalhar na vida? Apesar da finalidade da aposentadoria ser normalmente proteção financeira contra contingências como doença, morte e velhice, curiosamente ela vem sendo desde 1979 aplicada em forma de sanção disciplinar a juízes que cometerem infração grave.

Às vezes nem é tão grave assim. Causa espanto que depois de tantas reformas da Previdência, que endureceram em todo o país as regras de aposentadoria de celetistas, servidores públicos e até militares, estes um pouco menos, a punição de juízes em forma de aposentadoria elevada siga incólume.

Se tem algo que a sociedade tem dificuldade de assimilar é como a legislação da magistratura brasileira pune infratores com aposentadorias altíssimas. A Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), lei da época da ditadura militar, traz no rol de penas disciplinares a aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, cujos valores podem atingir até R\$ 30 mil a 32 mil por mês.

Ao lado da demissão, a aposentadoria é considerada pena máxima. Para ser punido o juiz precisa ter cometido grande transgressão. Se ganhar aposentadoria em valor alto for punição, o que dizer do aposentado do INSS que na média nacional só consegue alcançar R\$ 1.700,00 por mês? Ou no melhor cenário receber o teto de R\$ 7.507,49, caso trabalhe por 40 anos e envelheça até os 65 anos (homem) ou 62 anos (mulher). Pela cartilha dos magistrados, uma aposentadoria nesses termos seria uma espécie de punição digna do purgatório.

Em tempo que se avolumam notícias de juízes punidos com a pena disciplinar da aposentadoria, nunca é demais lembrar o quão bizarra é essa regra da Loman persistir até hoje. Recentemente, dois juízes foram punidos com aposentadorias altíssimas, um sonho de consumo de qualquer trabalhador da iniciativa privada que pretende se aposentar pelo INSS. É verdade que o teto máximo aplicado aos servidores públicos é diferente dos celetistas. E,

portanto, jamais um segurado do Regime Geral de Previdência Social receberia o mesmo teto do funcionalismo público. Mas chama a atenção o abismo social, financeiro e, sobretudo, moral que é a prática de usar aposentadorias elevadas como forma de sanção disciplinar.

Até porque a maioria esmagadora dos servidores, quando punidos, vai ter de quebrar a cabeça em averbar o seu tempo em outro regime previdenciário, inclusive sofrendo rebaixamento salarial conforme as regras do regime previdenciário escolhido. Quando a punição é a própria aposentadoria, como ocorre na magistratura, esta já sai garantida -sem precisar averbar em outro regime previdenciário ou sofrer depreciação por limite financeiro do que se pratica no INSS.

Na verdade, ao se fazer uma comparação com os outros regimes previdenciários, essa punição termina sendo um prêmio. Por meio dela é possível se aposentar precocemente, ter renda vitalícia, receber valor elevado, não precisar ter limitação ao teto máximo do INSS e ainda poder trabalhar em outra atividade, caso deseje.

A juíza da Ludmila Lins Grilo, 44 anos, foi aposentada compulsoriamente pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com renda proporcional ao salário de cerca de R\$ 33 mil. O ato disciplinar considerado grave foi o excesso de manifestações político-partidárias em redes sociais e críticas aos tribunais superiores.

O juiz trabalhista Marcos Scalercio, 41 anos, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo, foi acusado assédio sexual e importunação sexual. Ele nega as acusações. O imbróglio gerou a punição de aposentadoria compulsória com renda proporcional ao salário de R\$ 32 mil mensais.

Apesar de a aposentadoria conforme a Loman ser considerada pena disciplinar extremada, na prática verifica-se que ela é concedida em casos brandos ou em infrações incontestáveis. Mesmo usada em situações de grande impacto social, como assédio sexual, é de se refletir se o transgressor realmente será punido com tal recompensa financeira.

A disparidade entre o valor da aposentadoria dada aos juízes infratores e o sacrifício que a população em

geral faz para se aposentar no **INSS** é discrepante. A maioria dos trabalhadores não consegue atingir o teto máximo no **INSS**, pois as regras atuais foram talhadas para que esse intento seja exceção.

Com o fim de acabar com essa distorção, tramita no Congresso Nacional o projeto de lei complementar 277/2020, de autoria do deputado José Nelto (PP-GO), que altera a Lei Orgânica da Magistratura Nacional para acabar com a possibilidade de magistrados serem compulsoriamente aposentados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço após terem cometido falhas graves.

Embora a emenda constitucional 103, de 2019, tenha retirado da Constituição a possibilidade de aposentadoria compulsória como punição a juízes, ainda falta a lei federal ser alterada para evitar que o magistrado, mesmo afastado do cargo, tenha o direito de continuar recebendo a remuneração proporcional ao tempo de serviço.

É imoral que magistrados condenados pela prática de faltas disciplinares graves venham a receber como punição uma recompensa financeira que pode ser equivalente a mais de quatro vezes o teto do **INSS**, algo que é muito difícil de receber atualmente.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2023/05/voce-queria-ser-punido-com-aposentadoria-de-r-32-mil.shtml>

Demora em perícias pode gerar pagamento indevido de R\$ 6,6 bi em aposentadorias, alerta TCU (Previdência)

Idiana Tomazelli

A demora na realização de perícias médicas pode gerar um pagamento indevido de R\$ 6,6 bilhões em aposentadorias por incapacidade permanente no período de um ano, alerta o TCU (Tribunal de Contas da União).

Uma auditoria financeira feita nas demonstrações de 2022 do FRGPS (Fundo do Regime Geral de **Previdência Social**) detectou um elevado número de perícias atrasadas para esse benefício e um baixo número de reavaliações conduzidas pelo governo federal, abrindo brechas para repasses irregulares.

O processo é relatado pelo ministro Jorge Oliveira e deve ser julgado nesta quarta-feira (30) pelo plenário da corte de contas.

O parecer da área técnica aponta a existência de 2,9 milhões de aposentadorias por incapacidade permanente (chamada antes de aposentadoria por invalidez) que estão há mais de dois anos sem passar por revisão, como manda a legislação.

No ano passado, foram realizadas apenas 3.547 perícias de revisão bial de dessa categoria de benefício -o equivalente a só 0,12% do estoque pendente. A partir dessas análises, 449 benefícios foram cessados (12,6% do total submetido a perícias médicas).

De posse desses dados, os auditores simularam o potencial de pagamentos indevidos. Se o percentual de 12,6% se mantiver constante, isso significaria que 367,9 mil segurados estariam recebendo os repasses sem fazer jus ao benefício.

Considerando o valor médio da aposentadoria por incapacidade permanente (R\$ 1.497,98), o prejuízo aos cofres públicos pode ser de R\$ 551,1 milhões mensais e de R\$ 6,6 bilhões ao ano.

"Verifica-se claramente que o represamento na realização de perícias médicas, além de consequências aos segurados, tem impacto direto no FRGPS, no caso, gerando um valor relevante de pagamento de benefícios que poderiam ser cessados",

diz o relatório elaborado pela AudFinanceira (Unidade de Auditoria Especializada em Certificação de Contas).

"A propósito, uma perda anual de R\$ 6,6 bilhões atenta contra a sustentabilidade do Fundo e vai de encontro às reformas que foram feitas nos últimos anos, o que, por si só, justifica que medidas urgentes sejam adotadas para viabilizar a realização das revisões periciais", afirma o documento.

O serviço de Perícia Médica Federal não é vinculado ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), mas sim ao Ministério da **Previdência Social** (em 2022, período analisado, a pasta se chamava Ministério do Trabalho e Previdência). Segundo o relatório técnico, o "achado" sobre as perícias foi encaminhado aos gestores, que não se manifestaram.

A unidade técnica afirma ainda que vai propor representação para "apuração de eventuais responsabilidades pela não adoção de medidas para realização tempestiva das perícias médicas de revisão dos benefícios de aposentadorias por incapacidade permanente". A abertura de investigação nesse sentido precisará ser aprovada em plenário e, se confirmada, poderá resultar em punição administrativa dos gestores.

A auditoria financeira ainda vai subsidiar a opinião do tribunal sobre o BGU (Balanço Geral da União) de 2022 para fins de emissão de parecer prévio sobre as contas do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL).

A demora na realização das perícias não afeta apenas as aposentadorias por incapacidade permanente.

Como mostrou a Folha, 1,05 milhão de brasileiros aguardavam perícia médica em abril deste ano. O número é 13,3% maior do que em dezembro de 2022 (930,6 mil) e representa um salto em relação à média de 490 mil pedidos aguardando agendamento nos três primeiros meses do ano passado.

O número é menor do que o apontado pelo TCU porque reflete as perícias solicitadas pelos segurados, inclusive aqueles que buscam o reconhecimento inicial

de direito a alguma ajuda do governo.

Já a corte de contas analisa os benefícios já concedidos e que deveriam passar por reavaliação porque já expirou o prazo de dois anos para realização de nova perícia -mas seus beneficiários não necessariamente já estão na fila.

O governo Lula (PT) enfrenta um impasse porque os médicos peritos cobram a retomada do pagamento de um bônus para ampliar a capacidade de análise dos requerimentos -o que também incrementa seus salários.

Hoje, os peritos têm como meta concluir 12 análises por dia. Ao todo, há 2.900 peritos, para um volume mensal médio de 400 mil novos pedidos que exigem perícia médica no **INSS** -sem contar revisões periódicas.

De acordo com a Previdência, o número atual de servidores consegue atender a 95% da demanda mensal e é insuficiente para atacar o passivo acumulado

O pagamento de um bônus por análise extra tem sido usado de forma intermitente desde 2016 para acelerar as análises e ampliar o número de processos concluídos diariamente por cada perito. Desde o fim de 2022, porém, seu pagamento está suspenso, devido ao entendimento de que não era possível autorizar a despesa para além do ano eleitoral.

A retomada do pagamento do bônus é vista pelo governo como uma solução para equacionar o problema. Até dezembro, os peritos recebiam R\$ 61,72 por análise extra. Naquele mês, os funcionários conseguiram realizar 120 mil avaliações adicionais.

No entanto, a solução ainda não saiu do papel porque o governo teme pressão de outras categorias. A **Receita Federal** tem feito paralisações na tentativa de obter a regulamentação do bônus da categoria, instituído em 2017 e que até hoje paga apenas valores fixos, abaixo do esperado pelos auditores.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/demora-em-pericias-pode-gerar-pagamento-indevido-de-r-66-bi-em-aposentadorias-alerta-tcu.shtml>

As apólices de seguros se preparam para ser "pop"

Por *Jiane Carvalho*

O setor de seguros, mesmo com avanços regulatórios e expansão consistente de algumas linhas de produtos, quer acelerar o passo para atingir patamares no Produto Interno Bruto (**PIB**) como os de países desenvolvidos. A dificuldade em chegar a algumas camadas da população, tema antigo em debate, deve ser enfrentada com o Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros (PDMS), lançado neste ano e com metas para 2030.

Há iniciativas desenhadas para produtos, canais de distribuição, eficiência regulatória e imagem do seguro, sempre com o consumidor no centro das ações. A meta é atingir a marca de 10% de participação no **PIB** em oito anos, o que será possível só com uma agenda proativa envolvendo diversos atores públicos e privados.

Na visão do setor, o ritmo atual de aumento das receitas não é suficiente para atingir o patamar desejado de participação no **PIB** e elevar em 20% a parcela da população que consome seguros. O ano de 2023, segundo a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), começou com avanço de dois dígitos na receita (prêmios emitidos). No primeiro bimestre, as seguradoras arrecadaram R\$ 58,3 bilhões, crescimento de 10,3% sobre igual período de 2022. Sem contar seguro-saúde e DPVAT (danos pessoais causados por veículos automotores), trata-se do mesmo percentual que a entidade estima para o ano todo. Em 2022, a arrecadação chegou a R\$ 355,9 bilhões, expansão de 16,2% na comparação anual, porém com boa parte do volume de prêmios gerada mais por repasse de custos - **inflação** mais gastos com sinistralidade - do que por atingir mais camadas da população. Só em indenizações, resgates, sorteios e benefícios, os gastos somaram R\$ 219,4 bilhões, resultado 15,5% superior a 2021.

"O PDMS foi criado para elevar a base de brasileiros que consomem seguro e da percepção de que o mercado pode gerar mais reservas para a poupança nacional", diz o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, acrescentando que, se nada fosse feito, em 2030 o setor poderia chegar só perto de 8% do **PIB**. Elaborado pela CNseg e federações associadas -

Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e Federação Nacional de Capitalização (FenaCap) -, ele é composto por 65 iniciativas para melhorar a oferta e estimular a demanda por seguro.

Para Oliveira, o desempenho positivo em receita, nos últimos anos, é fruto do maior amadurecimento da sociedade sobre a importância de ter um seguro, por causa da pandemia, e dos esforços das seguradoras em lançar produtos e melhorar os canais de distribuição, com uso intensivo de novas tecnologias. "A indústria tem que olhar para os 67% dos trabalhadores brasileiros que ganham até dois salários mínimos, com produtos adequados, ou ficará presa nos 30% do mercado que já está bem ocupado."

A CNseg está trabalhando com o Banco Central (BC) em um Pix recorrente, que permita o pagamento mensal de seguros, com recursos creditados às seguradoras. "É um mecanismo mais eficiente para venda de seguros de baixo valor, como o auxílio funeral, que pode custar R\$ 10 por mês, sendo R\$ 4 gastos apenas com emissão de boleto", afirma Oliveira.

Outra iniciativa é consignar o seguro no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), permitindo que os valores pagos às seguradoras saiam direto da folha de pagamento de benefícios, como ocorre com empréstimos consignados para aposentados. "Negociamos com o **INSS** que pagamentos da previdência privada e seguro de vida, por exemplo, possam também ser consignados, o que gera facilidade e economia de custos."

O presidente da FenaPrevi, Edson Franco, que responde por seguros de vida, acidentes pessoais e funeral, diz que as medidas podem ser importantes para acelerar o passo. "Está bem encaminhado, porque é uma alternativa para reduzir o custo da cobrança por inibir maior massificação dos produtos de menor valor."

Hoje, segundo a FenaPrevi, os seguros de pessoas representam apenas 0,6% do **PIB**. "Só 17% da população tem seguro de vida e 9% cobertura para invalidez. O funeral chega a 26%. É muito pouco",

destaca Franco. No primeiro trimestre, os seguros de pessoas avançaram 12,5%, com R\$ 14,6 bilhões em prêmios, e melhora da sinistralidade. "Desde março de 2020, quando eclodiu a pandemia, até o fim do primeiro trimestre deste ano, pagamos R\$ 44 bilhões em indenizações, sendo R\$ 7,2 bilhões ligados à covid-19. Neste ano, efeitos ligados à pandemia já não são relevantes." As captações brutas da previdência privada chegaram a R\$ 39,3 bilhões no primeiro trimestre, alta de 4,9%, com ativos de R\$ 1,2 trilhão.

Além do Pix, Oliveira diz que o governo lançou um pacote de medidas para estimular o crédito, que permite o uso de recursos da previdência privada e capitalização como garantia de operações junto a instituições financeiras. A nova Lei de Licitações também passou a prever seguro-garantia para até 30% do valor da obra.

No Supremo Tribunal Federal (STF), uma vitória do setor: os ministros acolheram uma ação da CNseg de inconstitucionalidade de leis estaduais que permitiam a oferta de proteção veicular por associações, concorrência com o seguro-auto, mas sem as mesmas regras ou garantias. "Com melhora nos canais de distribuição, produtos mais adequados às camadas que não têm seguro e iniciativas do governo, podemos ganhar escala, volume distribuído, e o preço tende a cair. Este é o efeito multiplicador que buscamos."

Segundo Antonio Trindade, presidente da FenSeg, entidade que representa o ramo de "seguros de danos" como garantia, auto e rural, além de alguma piora na economia, o que pode atrapalhar os planos do setor são eventuais movimentos do Congresso ou do próprio governo que interfiram na livre iniciativa. "No seguro-garantia, no Minha Casa Minha Vida e em projetos de estradas e saneamento, as iniciativas do governo vão gerar uma demanda enorme por seguro. Por outro lado, o setor pode ser um agente fiscalizador importante na área pública, mais eficaz do que o próprio governo", com as seguradoras, por exemplo, exigindo qualidade e prazos de quem executa as obras.

Nos seguros acompanhados pela FenSeg, a expectativa é de crescimento na casa dos dois dígitos. O seguro-auto, no primeiro bimestre, avançou 25,3% na arrecadação; o rural, 24,6%; e o prestamista, 20,7%. Trindade destaca a melhora na sinistralidade, que nos últimos anos pressionou as seguradoras. No rural, a queda foi de 77,3% e nos seguros de danos e responsabilidades, 20,2%.

O avanço das receitas nos últimos anos, diz Trindade, tem ocorrido por preços maiores, o que não é o cenário ideal. "Vendemos a mesma quantidade de seguros, ou menos em alguns casos, mas com receita

maior. Não é um crescimento bom, mas um ajuste necessário para algumas das carteiras, principalmente auto, com custos maiores para indenizações e elevada sinistralidade."

O seguro-auto viu a base, em unidades seguradas, diminuir pelos preços elevados. Levantamento da FenSeg, que cruzou os dados das seguradoras com a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), mostra que eram 20,2 milhões de unidades em dezembro de 2021, número que caiu para 19,9 milhões em junho de 2022, queda de 1,5%. "O bom crescimento é com mais itens vendidos, maior penetração e receita em alta. Neste ano, a sinistralidade estará mais controlada e vai ajudar", diz Trindade.

A agência de classificação de risco Fitch Ratings projeta para este ano avanço das receitas de seguros, sem saúde, na casa de 10%, ainda com algum repasse de custos mais altos no primeiro semestre. "Os prêmios [arrecadação] vêm subindo pelos preços maiores, mas com alguma melhora. A sinistralidade em vida, que chegou a 60% em 2021 com a pandemia, caminha para a normalidade, na média de 30%. O rural também teve quebras de safras importantes, enquanto no auto a desorganização das cadeias produtivas fez os preços do produto dispararem", diz Alexandre Chang, diretor da Fitch Ratings. Ele vê com bons olhos a iniciativa do PDMS, que pretende elevar de 6% para 10% a participação dos seguros no **PIB**.

Dados da Fitch mostram que com receitas maiores, sinistralidade caminhando para a normalidade e ganhos financeiros com a correção das reservas aplicadas em títulos públicos, o desempenho das seguradoras tem melhorado ano a ano. O retorno sobre ativos ou patrimônio médio (ROAE) das seguradoras, no ambiente regulado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), saltou de 11,6% em 2021 para 23% no ano passado, ainda inferior à pré-pandemia, com 26,1% em 2019. Já no seguro-saúde, regulado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), houve piora no indicador, recuando de 3,5% em 2021 para 2,2% no ano passado.

"Vemos ainda uma pressão forte sobre a lucratividade das operadoras de saúde. Esperávamos um 2022 difícil, mas foi um pouco pior", diz Chang. No ano passado, os planos de saúde registraram prejuízo operacional de R\$ 11,5 bilhões, o pior resultado desde o início, em 2001, da série histórica da ANS, segundo a FenaSaúde. Entre setembro de 2021 e setembro de 2022, dado mais recente disponível, houve aumento de 1,7 milhão de beneficiários de assistência médica.

Outro aspecto importante do PDMS, lembra o

presidente da Bradesco Seguros, Ivan Gontijo, são os esforços planejados para melhorar a imagem cultural do seguro. "A indústria de seguros tem uma importância estratégica, tanto como agente de formação de poupança interna quanto como investidor institucional. No entanto, nosso mercado é subpenetrado e temos muito a evoluir em termos de participação no **PIB**. O Brasil é apenas o 18º mercado de seguros no mundo." Segundo ele, o desafio é disseminar essa cultura no país, mostrando sua função social como fator de aumento da qualidade de vida e previsibilidade dos negócios.

A Bradesco Seguros, que em 2022 viu as receitas com seguros, previdência e capitalização saltarem 28,9% sobre o ano anterior, tendo arrecadado R\$ 14,8 bilhões, volta a repetir no começo deste ano um bom desempenho. Houve expansão de 13% no faturamento no primeiro trimestre ante igual período de 2022, totalizando R\$ 25 bilhões, com destaque para o avanço dos segmentos de auto (26,5%), saúde (22%) e previdência (12,2%). O lucro líquido da seguradora atingiu R\$ 1,8 bilhão, mais 10,6% na mesma base de comparação.

Gontijo destaca os esforços em inovação e tecnologia como determinantes para a seguradora e o setor como um todo em seu plano de elevar a participação no **PIB**. "As novas tecnologias são positivas para o mercado em diversos pontos. Com elas conseguimos facilitar processos. Também possibilitam a criação de novos produtos e serviços e a ampliação do 'clientecentrismo'." O faturamento com comercialização de produtos nos canais on-line ultrapassou R\$ 762 milhões no primeiro trimestre deste ano, aumento de 45% em relação a igual período de 2022.

O alerta da Bradesco Seguros para o setor como um todo é a área de saúde, mesmo tendo registrado faturamento de R\$ 9,4 bilhões no ramo no primeiro trimestre, crescimento de 22% ante igual período de 2022. "Os segmentos de saúde e vida foram os que tiveram o maior impacto no último ano. Somente nos três primeiros meses de 2022, foram pagos R\$ 10,7 bilhões em indenizações e benefícios, incluindo eventos relacionados à covid-19", diz Gontijo. A seguradora adotou várias iniciativas para controlar custos, como diversificação do portfólio de produtos, que incluem planos regionais e um novo modelo de coparticipação de categoria seguro para pequenos grupos (SPG), com redução de custos e mais acessíveis aos segurados.

O fato de não trabalhar com o seguro-saúde foi lembrado por Ullisses Assis, CEO da holding BB Seguridade, como um fator positivo no desempenho em 2022. "Depois de um 2021 pagando indenizações

altas pela covid-19, vimos a sinistralidade do produto vida cair no ano passado no setor como um todo, mas as seguradoras que sofreram mais tinham o seguro-saúde no portfólio, o que não é nosso caso."

A BB Seguridade, holding de seguros, previdência e capitalização do Banco do Brasil, registrou lucro líquido de R\$ 6 bilhões no ano passado, alta de 53,7% em relação a 2021. As principais contribuições vieram da Brasilseg, que responde por produto vida, rural e prestamista, e da Brasilprevi. Sem os impactos do setor de saúde suplementar, o destaque em sinistralidade ficou por conta do rural, em que a Brasilseg é líder. "Pagamos mais de R\$ 3 bilhões em indenizações, principalmente no primeiro trimestre, por conta dos efeitos do La Niña nas plantações."

Mesmo com alta sinistralidade, a seguradora avançou no produto rural, com a receita crescendo 52% no ano passado. "A sinistralidade é ruim, mas também foi uma grande propaganda para o produto. Assim como a covid-19 chamou a atenção para o produto vida, a quebra de safra ajudou nas vendas no rural", afirma Assis. "Dado da Susep até março deste ano mostra as vendas do rural caindo 2%, mas nós crescemos 40% no período sobre 2022. E com sinistralidade mais baixa." No Brasil, somente 20% da área plantada tem seguro, em comparação a 90% nos Estados Unidos.

Assis também aponta a importância dos investimentos em tecnologia e inovação para ajudar o setor a elevar a participação no **PIB**. "No fim de 2021, aceleramos em um ano o processo de transformação digital. Foram quase R\$ 600 milhões investidos em tecnologia da informação no ano passado. Tudo isto possibilitou tracionar nossa venda de mar aberto", explica, se referindo à estratégia de venda de seguros fora das agências do BB, o que tem dado resultado. No ano passado, 14% das vendas foram feitas 100% em canais digitais. "Tivemos R\$ 4 bilhões de faturamento de seguros e previdência usando inteligência analítica para ofertar os seguros." Em 2022, segundo Assis, R\$ 1 bilhão de prêmios foram alcançados fora do canal BB. "Tecnologia fez diferença. Sem rede para distribuir para os parceiros, não seria possível", destaca.

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/seguros-previdencia-e-capitalizacao/noticia/2023/05/30/as-apolices-de-seguros-se-preparam-para-ser-pop.ghtml>

Bloqueio de R\$ 1,7 bi nos gastos vai poupar Educação e Saúde, diz Tebet

Danielle Brant

O bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias anunciado pelo governo Lula (PT) não atingirá os ministérios de menor orçamento nem pastas como Educação e Saúde, afirmou nesta segunda (29) a ministra Simone Tebet (Planejamento).

As declarações foram dadas após uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) na qual foram discutidos temas como arcabouço fiscal, **reforma tributária** e medidas provisórias.

Segundo Tebet, já houve reunião da JEO (Junta de Execução Orçamentária) para debater a questão. "O que eu só posso adiantar para vocês ficarem tranquilos é que os ministérios menores, que têm menores orçamentos, e Educação e Saúde estarão preservados."

A ministra afirmou que o bloqueio provavelmente vai ser temporário. "Isso aí é contábil. Você bloqueia e, com um incremento da receita, no próximo relatório você estará podendo desbloquear. Como vão ser as maiores pastas, os maiores orçamentos, você não vai estar atrapalhando execução, a continuidade das políticas públicas. Essa é a grande preocupação", afirmou.

O bloqueio foi anunciado na semana passada, depois que o governo foi obrigado a piorar sua projeção para o resultado das contas públicas neste ano por causa de um forte aumento nas despesas.

O déficit é estimado em R\$ 136,2 bilhões, equivalente a 1,3% do **PIB**, segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 20 bimestre, divulgado na segunda (22) pelo Ministério do Planejamento. O valor representa uma piora de R\$ 28,6 bilhões em relação à previsão anterior, divulgada em março.

As despesas tiveram um aumento de R\$ 24,2 bilhões em relação ao relatório de março, o que estourou toda a folga que havia em relação ao teto de gastos-regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**, e ainda está em vigor. Com isso, o governo vai precisar bloquear R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias (que incluem custeio e investimentos).

Tebet e Haddad foram convidados pelo presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco (PSD--MG), a se reunir com líderes partidários na quinta (iº) para tratar do arcabouço fiscal, cuja votação na Câmara foi concluída na quarta (24).

Na avaliação da ministra, é possível votar o texto diretamente no plenário.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50292&anchor=6478092&maxTouch=0&_ga=2.118288398.623791784.1685329739-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=c690c8af0f43de77f441cade85eb0c14

Fiscalismo de Haddad e desenvolvimentismo de Lula (Artigo)

Raquel Landim

Raquel Landim

Jornalista, é analista da CNN Brasil

Na mesma semana em que o marco fiscal foi aprovado na Câmara dos Deputados, Executivo e Congresso prometeram e renovaram medidas de ampliação dos gastos públicos.

1 - O vice-presidente Geraldo Alckmin anunciou benefícios fiscais para carros até R\$ 120 mil. O programa do "carro popular" chegou sem qualquer detalhamento, com os técnicos da Fazenda ainda buscando de onde tirar o dinheiro e tentando limitar a isenção ao menor tempo possível.

2 - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou projeto de lei que prorroga até 2028 incentivos fiscais para as empresas das regiões da Sudene e Sudam, respectivamente, no Nordeste e no Norte.

3 - Quase passou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado projeto de lei que prorroga por mais quatro anos a desoneração da folha de pagamento de 17 setores.

A votação ficou para esta semana depois de pedido de vistas do senador Jaques Wagner (PT-BA).

4 - E, no fim de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia assinado decreto que posterga, até o fim de 2026, os incentivos fiscais para produção de semicondutores, ampliando a lista de produtos para placas solares.

Não é novidade um ministro da Fazenda lutando contra o ímpeto gastador do Congresso e até mesmo de seu chefe, o presidente da República.

No entanto, o desafio do atual titular da pasta, Fernando Haddad, é muito maior.

O novo marco fiscal já pressupõe uma despesa alta e, portanto, depende de aumento expressivo de arrecadação para controlar a dívida pública.

Alguns economistas calculam em 2% do **PIB**.

Como a sociedade brasileira não tolera mais **impostos**, Haddad havia prometido rever incentivos fiscais e promover uma **reforma tributária** neutra. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, falava em uma revisão ampla dos gastos.

Os exemplos acima demonstram que ambos estão sendo atropelados pelos lobbies setoriais que, mais uma vez, mostram sua força no Congresso, e por um presidente que continua preso a ideias desenvolvimentistas, que pregam a utilização de dinheiro do contribuinte para subsidiar setores ineficientes.

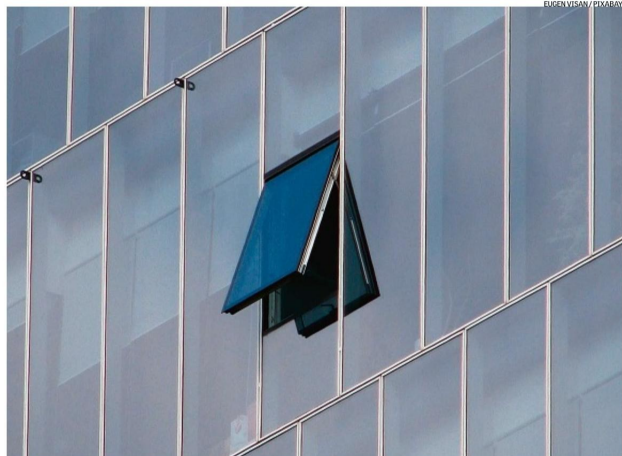
Em discurso no Dia da Indústria, Lula prometeu repetir a velha cartilha que nunca funcionou: despejar dinheiro dos bancos públicos no mercado, utilizar compras governamentais como indutor do crescimento, apoiar, de novo, a indústria automotiva, além, claro, de ajudar a salvar a Argentina.

Como Haddad vai atender a essa lista de desejos do presidente e, ao mesmo tempo, cumprir o marco fiscal? E ainda: por que Lula insiste em ficar parado no tempo?

Como o ministro da Fazenda vai atender à lista de desejos do presidente e, ao mesmo tempo, cumprir o marco fiscal?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A hora e a vez da reforma tributária (Artigo)



Bruno Carazza e Aldemir Drummond

Aldemir Drummond

é professor de estratégia e organizações da Fundação Dom Cabral e coordenador da Iniciativa Imagine Brasil.

Bruno Carazza

é professor associado da Fundação Dom Cabral e colunista do Valor.

Há mais de trinta anos discutimos a necessidade de aprovar uma **reforma tributária** para impulsionar o crescimento econômico no Brasil. Praticamente todos os presidentes da República, desde a Constituição de 1988, apresentaram projetos com esse objetivo, mas nunca houve condições políticas para a sua aprovação. Essa história está prestes a mudar.

A Fundação Dom Cabral, por meio da sua iniciativa Imagine Brasil, realizou, em maio, em São Paulo, um seminário para discutir com especialistas e alguns de seus stakeholders os principais aspectos das propostas atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Conforme pudemos concluir, após a apresentação de Bernard Appy, Secretário Extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, e dos debates subsequentes, estamos diante de uma proposta de transformação do sistema de tributação do consumo de bens e serviços muito bem elaborada.

A proposta de se instituir a sistemática do Imposto sobre Valor Adicionado ataca os graves problemas causados pela superposição atual de IPI, PIS, Cofins,

ICMS e ISS, como a cumulatividade, o imenso custo administrativo e as distorções provocadas pela guerra fiscal.

Essa medida reduzirá significativamente o caos tributário que sufoca a economia brasileira, na visão da advogada Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Tributação do Insper. Segundo seus cálculos, o valor contestado administrativa e judicialmente a respeito da cobrança de **tributos** gira em torno de 75% do **PIB**. Para ela, esse valor tem um efeito final muito maior, pois expõe um elevado grau de incerteza jurídica que acaba inibindo novos investimentos nacionais e estrangeiros no país.

Para dar uma dimensão dos potenciais ganhos a serem colhidos caso a reforma seja aprovada, a professora Débora Freire, do Cedeplar/UFMG, apresentou os resultados de um complexo exercício de estimativa de seus impactos macroeconômicos, setoriais e distributivos.

De acordo com seu modelo de Equilíbrio Geral Computável, somente a eliminação da incidência em cascata dos **tributos** tem o potencial de provocar uma elevação real de 16,4% na trajetória dos investimentos ao longo de 15 anos. Esse efeito repercutirá também na balança comercial e no consumo, fazendo com que o **PIB** receba um estímulo extra de 12% (cenário conservador) a 20% (perspectiva otimista) sobre a tendência histórica esperada caso a reforma não seja aprovada.

A mais notável conclusão da simulação, porém, é a demonstração de que, levando-se em conta o fim da cumulatividade e os ganhos de produtividade esperados, todos os 68 setores que compõem a economia brasileira terão resultado positivo. Nas palavras de Débora Freire, "não há notícias de uma proposta de medida econômica com resultados tão robustos e diretos sobre o crescimento implementadas nas últimas décadas". Isso se deve ao fato de que a desoneração de **impostos** ao longo da cadeia produtiva e a desoneração das exportações e dos investimentos têm impacto direto na estrutura de custos de produção das empresas.

Além dos ganhos econômicos decorrentes da simplificação e da desoneração da cadeia produtiva, a reforma em discussão tem também efeitos sobre a desigualdade, uma vez que as camadas mais pobres da população destinam a maior parte de sua renda no

consumo de bens como alimentos e bebidas, produtos de higiene e limpeza, têxteis e calçados - itens que tendem a ter sua carga aliviada com a aprovação do projeto.

A proposta de cashback, se bem desenhada, permitirá impulsionar o consumo da população de menor renda de forma mais clara e certa, evitando as distorções e o não repasse ao beneficiário final dos incentivos da desoneração da cesta básica, como se verifica hoje.

Para além dos ganhos esperados, outro aspecto positivo da reforma em pauta é que ela vem acompanhada de cuidados que são incomuns em novos marcos regulatórios propostos no Brasil.

As PECs 45/2019 e 110/2019 convergem em inúmeros pontos, e ambas possuem um conjunto de travas para se calibrar o valor da alíquota a fim de se garantir a manutenção da carga tributária global incidente sobre o consumo atualmente. Está previsto ainda um sistema de transição suave para que empresas, consumidores, Estados e municípios se adequem aos novos tempos.

Também são mantidas as vinculações e partilhas previstas na Constituição, como aquelas das áreas de saúde e educação, bem como está sendo costurado um acordo que contemple a Zona Franca de Manaus e o Simples.

As PECs também asseguram a autonomia dos Estados e municípios na definição de suas próprias alíquotas, mas sob regras de administração comuns, para se eliminar a proliferação desordenada de obrigações acessórias e benefícios especiais. A criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, com regras de distribuição mais justas, permitirá a cada ente federativo eleger suas prioridades de acordo com suas vocações regionais.

Essa atenção com a questão federativa anima Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). Todas as tentativas anteriores de **reforma tributária** esbarraram na resistência das **unidades federativas**, que temiam perder capacidade de arrecadação. De acordo com o presidente do Comsefaz, que também é secretário de Tributação do Rio Grande do Norte, o sistema tributário atual é tão ineficiente que os próprios Estados e municípios reconhecem que o modelo de cobrança de ICMS e ISS não é mais sustentável financeiramente.

Na sua opinião, há um crescente otimismo em relação à possibilidade de aprovação da **reforma tributária** neste momento porque finalmente se colocou como prioridade o respeito ao Pacto Federativo e foram

pensados instrumentos para melhorar a eficiência arrecadatória e a justiça fiscal nos Estados e municípios.

Há anos nossa classe empresarial aponta, com razão, nosso complexo sistema tributário como um dos maiores obstáculos à competitividade de seus negócios. Com uma proposta robusta e atenta a detalhes que poderiam gerar resistências políticas, estamos muito próximos de instituir um novo imposto sobre bens e serviços moderno, simplificado e justo. E com uma grande vantagem: sem elevar a carga tributária total.

Diante de tantas vantagens, entendemos que interesses pontuais de curto prazo não podem nos fazer desperdiçar as chances de finalmente aprovar uma medida tão importante para elevar a produtividade na economia brasileira.

É chegada a hora e a vez da **reforma tributária**.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230529/>

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga

O que eu defendo não é que se reduza drasticamente a Selic. Não é isso. Mas já tem espaço para fazer as primeiras reduções. Estou falando de 13,75% para 13,5%.

Presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), uma das mais relevantes do setor industrial, José Velloso engrossa o coro dos que clamam por uma queda na taxa básica de juros - a Selic - fixada pelo Banco Central.

Segundo Velloso, a autoridade monetária nacional até acertou no início do ciclo de elevação de juros para conter a **inflação**. Mas a atual taxa, em sua opinião, é um exagero.

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga, critica o presidente da Abimaq. O Banco Central, com essa política, está contratando um **PIB** baixo em 2023 e 2024. Quem sabe a gente consiga salvar 2025, complementa Velloso, que é engenheiro mecânico e administrador de empresas de formação.

Confira abaixo a íntegra da entrevista.

Como o senhor avalia a atual política de juros no país?

O Banco Central foi uma das primeiras autoridades monetárias do mundo a combater a **inflação**. Então, eles tiveram uma visão antes de outros bancos centrais de que vinha um tsunami pela frente, em função do aumento de commodities, do problema das cadeias globais de valor, da guerra comercial entre Estados Unidos e China, da desorganização do transporte internacional em função da covid. E depois culminou com a crise da Guerra da Ucrânia.

Embora o Banco Central tenha acertado no começo, para nós fica claro que existe um exagero na taxa Selic. O Brasil já há bastante tempo tem tido a maior taxa de juros reais do mundo. Eu acho que nada justifica isso.

E nos últimos dois meses aumentou ainda mais. Agora, em particular, a situação de abril - com o IPCA a 4,18% [no acumulado dos últimos doze meses] - mostra que realmente a **inflação** despencou. E continuamos com uma taxa de juros muito alta. Vamos fazer uma comparação: quando a **inflação** estava em

torno de 4,5%, em 2021, o Banco Central chegou a baixar a Selic para 2%.

Mas há uma banda de economistas, muitos deles ligados ao mercado financeiro, que contesta a visão de que há espaço para a queda de juros. A divulgação do IPCA, com uma alta de 0,61% apenas em abril, teria mostrado que o núcleo da **inflação** vem se mostrando persistente, o que inviabilizaria a redução de juros. Como o senhor vê esse argumento?

Isso não é verdade. A gente deve terminar o ano com uma **inflação** de 5,5%. Ora, uma **inflação** de 5,5% não justifica uma taxa Selic de 13,75%. Tanto não significa que o próprio mercado - uma coisa incomum, uma grande novidade para o Brasil - está precificando os juros de longo prazo abaixo da Selic.

O que eu defendo não é que se reduza drasticamente a Selic. Não é isso. Mas já tem espaço para fazer as primeiras reduções. Estou falando de 13,75% para 13,5%.

Há economistas que dizem que a indústria brasileira só sobrevive graças a proteções, subsídios e incentivos fiscais - a indústria automotiva é um dos exemplos mais citados. Como o senhor encara essa crítica?

Desde 2016, quando começou o governo **Temer**, não existe nenhum incentivo de taxa de juros ou de financiamento subsidiado para a indústria. Outros setores, como construção civil, têm subsídios.

Eu concordo com você que os economistas ligados ao setor financeiro, que fazem um grande lobby aqui no Brasil, têm mais voz. Mas falar em 2023 que a indústria paga meia-entrada? Isso não é verdade. A indústria, de tudo o que ela produz, 44% viram **impostos**.

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga. E nós temos aqui no Brasil um setor financeiro muito pouco regulado. Por isso que a gente vê hoje, por exemplo, cartão de crédito a 430% de juros.

O atual governo defende a reindustrialização do país - ou de pelo menos tentar criar políticas para esse fim. Como o senhor enxerga essa diretriz?

É totalmente necessária a reindustrialização do Brasil. Nos últimos 10 anos, subiu mais de 20% o **PIB** da agropecuária e o **PIB** do Brasil subiu só 1,4%. Então, a agropecuária não puxa **PIB** e gera pouco emprego e renda.

Então, é importante que o Brasil agregue valor a essas riquezas que nós temos. Agregar valor na agricultura, na exploração mineral, no petróleo.

Mas, para fazer isso, o Brasil precisa de uma agenda de competitividade. Não adianta a gente fazer um processo que não se sustenta a longo prazo.

Então, é importante que a gente faça a reindustrialização do Brasil, aproveitando as nossas vantagens comparativas através de medidas estruturantes e reformas.

Porque é através da indústria que você vai gerar empregos de melhor qualidade, com mais tempo de escolaridade. E também você vai gerar mais inovações.

Um primeiro passo importantíssimo é a aprovação da **reforma tributária** que está na Câmara Federal, do IVA. E outro passo importante também é a aprovação desse arcabouço fiscal que foi apresentado.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2023/05/30/nenhuma-industria-do-mundo-paga-o-custo-de-capital-que-o-brasil-paga.htm>

'O olhar não pode ser focado no curto prazo', diz economista sobre reforma tributária

Por Cássia Almeida - Rio

A economista Débora Freire foi para o governo levando na bagagem estudos sobre **reforma tributária**. Juntamente com Edson Domingues, da UFMG, sua pesquisa mostra que haverá melhora na distribuição de renda com devolução dos **impostos** para os mais pobres, que substituiria a desoneração da cesta básica. É um cashback que se discute estender a saúde e educação.

Ela afirma que a resistência dos setores que terão o imposto majorado será vencida com a perspectiva de mais crescimento e produtividade na economia. E defende que a reforma será um legado para o desenvolvimento econômico brasileiro, já que os efeitos não serão sentidos nesse governo.

Agropecuária, indústria alimentícia, saúde, educação, advogados, prefeitos... Há reclamações de todos os lados sobre a **reforma tributária**. Que concessões o governo está fazendo para vencer essa resistência?

O governo tem tentado avançar, da forma mais correta possível, a respeito dos impactos da reforma. No Ministério da Fazenda, há uma secretaria especial para dar respostas e subsídios para explicar a reforma e seus efeitos, amplamente estudados. As resistências serão trabalhadas a partir da democracia e do diálogo dos benefícios potenciais que essa reforma vai gerar. Todos os setores vão se manifestar nas audiências públicas.

A reforma implica um pacto social. Seus efeitos serão absorvidos no médio e longo prazo, com maior produtividade e crescimento econômico. Há alternativas estudadas em alguns setores, como saúde e educação privada, sobre o que o Estado poderá fazer para mitigar esses impactos de curto prazo. De fato, esses setores no curto prazo teriam aumento de alíquota.

Mas é importante frisar que, quanto mais diversificado for o sistema de alíquotas, mais mitiga o ganho potencial da reforma no crescimento, impondo um custo de eficiência em relação aos efeitos da reforma. No curto prazo, para impulsionar esses setores, há a política de cashback, de devolução dos **impostos** para as famílias.

Não há nada certo, se vai ser o cashback, ou um tratamento especial, ou outra forma. É uma resposta que está sendo construída com estudos e diálogo no Congresso.

A reoneração afeta diretamente o setor agropecuário, que tem reclamado do fim do benefício para a cesta básica.

O agronegócio ganha com a reforma, há ganhos de produtividade. E será ainda mais beneficiado por conta do cashback, já que os gastos das famílias mais pobres são maiores com os alimentos. A agropecuária tem uma cadeia muito grande. Uma vez eliminada a cumulatividade (**impostos** cobrados sobre valores com **impostos**), o setor se beneficia grandemente.

A reoneração da cesta básica viria em conjunto com o cashback, que daria mais foco ao benefício, uma vez que a isenção de **impostos** desonera as classes de renda da mesma forma. Estudos mostram que a desoneração não se reflete em grandes reduções de preços. Reoneração com essa devolução é uma política pública potencialmente mais efetiva.

Haverá também um período de transição, de seis anos, para que o setor possa absorver todos esses ganhos. O olhar não pode ser focado no curto prazo, tem que olhar para os setores. E já há o ganho de partida com redução da cumulatividade.

O que o governo está fazendo para engajar a sociedade em um tema tão árido?

A estratégia é comunicar de forma mais ampla os benefícios da reforma. Para a sociedade civil e até para o empresariado, é difícil perceber os benefícios, não há um ganho imediato. Há um período de transição de seis anos para absorver os efeitos potenciais. O governo está encampando uma reforma que traz grandes impactos de médio e longo prazos, com potencial de aumentar o crescimento potencial, renda e desenvolvimento.

O Ministério da Fazenda, encampando a proposta, está sendo honesto e corajoso por encarar uma discussão tão difícil como a reforma, mesmo que seus ganhos mais amplos só sejam sentidos no longo prazo. A reforma é um legado para o desenvolvimento brasileiro.

Como ficará a situação da Zona Franca de Manaus?

O modelo tem sido estudado, haverá de fato a manutenção da Zona Franca. Estamos trabalhando conjuntamente com os representantes da Zona Franca para pensar a melhor saída para essa questão. Será uma solução de consenso.

Como ficará a questão das renúncias tributárias na reforma, já que o Simples e a Zona Franca, as duas maiores, serão mantidas?

Gastos tributários têm um prazo legal que vai ser respeitado. No período de transição, ainda vão vigorar alguns benefícios. A reforma vai tornar mais transparente o sistema tributário, e há a previsão de um fundo de desenvolvimento que inverte a lógica de incentivo. Serão mantidos os prazos legais, mas estamos encampando uma reforma que vai trazer mais luz ao dar mais transparência para os benefícios tributários.

Prefeitos, principalmente os de grandes cidades, têm se colocado contra a reforma, pela perda de receita e do poder de tributar. Como está a negociação com eles?

É uma questão pacificada. Tivemos vários encontros oficiais com prefeitos. Estamos mostrando os principais ganhos. Os pesquisadores Sergio Gobetti (economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea) e Rodrigo Orair (diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**), notoriamente reconhecidos, mostram que 85% dos municípios saem ganhadores com a reforma.

Um município pode ter um crescimento menor em comparação com outros, mas todos ganham. É consensual. Mesmo os de grande porte vão ganhar com o crescimento.

A votação do arcabouço ajuda a acelerar a reforma?

São temas fiscais, mas distintos e isolados. A **reforma tributária** vai trazer mais crescimento econômico e pode beneficiar o arcabouço, apesar de a reforma ser fiscalmente neutra, não ter aumento de carga tributária. O benefício virá do aumento do **PIB** potencial, com ampliação da base.

A reforma auxilia por dar mais folga para equilibrar as contas públicas. São temas independentes que se comunicam. Um sistema tributário mais eficiente e mais simples obviamente tem maior potencial de crescimento, o que ajuda o fiscal.

A política para o carro popular trará mais renúncias

fiscais. Não prejudica a **reforma tributária**?

Como os demais benefícios, é temporário e teremos um período de transição da reforma. O carro popular é um projeto temporário e não implica qualquer entrave. É uma prioridade importante no Brasil fomentar o uso de transporte que seja mais sustentável.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/o-olhar-nao-pode-ser-focado-no-curto-prazo-diz-economista-sobre-reforma-tributaria.ghtml>

Fatiar reforma tributária pode impedir redução de desigualdades

Fernanda Strickland

A **reforma tributária** é essencial para a redução das desigualdades sociais, mas é preciso que seja feita em conjunto com outras mudanças na legislação. Essa foi a conclusão do diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, durante evento promovido por entidades de auditores fiscais, nesta segunda-feira (29/5).

Penso que a reforma da tributação sobre o consumo não é antagônica à da renda. Ela é complementar à da renda. E está em linha com o que foi proposto pela **Reforma Tributária** Solidária. Todos os pilares estão na RTS. A gente deve tentar , argumentou Manoel.

No entanto, a **reforma tributária** discutida no Congresso Nacional foi pautada de maneira fatiada: primeiro, será modificada a tributação sobre o consumo, depois sobre a renda e, por fim, será debatida a folha de salários.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) reconheceu que, apesar dos avanços no combate à desigualdade social nos governos petistas anteriores, houve pouca evolução na política de **impostos**. Essa foi uma limitação. A gente não avançou pra acabar com distorções de um dos sistemas tributários mais regressivos do mundo , avaliou.

Lindbergh disse ter receio de que, com o fatiamento da reforma, seja implementada só a primeira fase, e que a segunda não aconteça, haja vista a correlação de forças desse Congresso Nacional .

A deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS) frisou que, quando é para discutir reformas estruturais o fatiamento não nos ajuda . Além disso, lembrou que, sobretudo na pandemia, a desigualdade no acúmulo de riquezas se intensificou. Há uma concentração, segundo o Credit Suisse, do 1% mais rico de 49% de toda a riqueza nacional, com um incremento de 3% de 2019 a 2020 , citou.

Boas práticas

Alexander Klemm, chefe da Divisão de Política Tributária do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, enfatizou que o Brasil se distancia das boas

práticas internacionais de política tributária. A desigualdade é marcante na América Latina, mas no Brasil é ainda maior , frisou.

Para reduzir a pobreza, destacou, podem ser implementadas políticas tributárias, como isenção de **impostos** ou sistema de cashback, assim como políticas de transferência de recursos. Porém, a melhor política é a tributação progressiva, que cresce com o aumento da renda. Para ele, o Brasil deve pensar na progressividade em todo o sistema tributário, não somente num imposto específico. A tributação da renda de capital é inconsistente no Brasil, e não tem mudado desde os anos 80 , analisou.

O economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Alberto Barreix, destacou que é muito importante que o regime tributário brasileiro seja sustentável e competitivo, porque vai ser um modelo para muitos países .

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Crítica a reforma fatiada

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5098099-fatiar-reforma-tributaria-pode-impedir-reducao-de-desigualdades.html>

Reformar o sistema tributário para reindustrializar o Brasil (Artigo)

Reginaldo Lopes

Na semana que passou, comemorou-se o Dia da Indústria. Participei das solenidades organizadas pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg). Foi um momento importante para dialogar sobre a **reforma tributária**.

Todos os setores da economia vão ganhar com as mudanças na legislação, mas o industrial deve ser o que mais vai crescer. Não por nossa predileção, mas por um motivo muito simples: com o atual sistema, ele é o mais prejudicado.

A cumulatividade da cobrança de **impostos** em cadeia onera sobremaneira a produção industrial, que chega a alíquotas de 43%. Além disso, a complexidade do sistema causa altos custos com a burocracia tributária e seus contenciosos judiciais. Com produtos mais caros, reduzimos nossa capacidade de exportação e, o que é pior, não conseguimos concorrer com a invasão de produtos importados, agora impulsionados pela isenção do comércio eletrônico globalizado.

Em 30 anos, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (**PIB**) caiu pela metade, contribuindo para que na última década o Brasil crescesse apenas 0,6% ao ano, enquanto o mundo ascendeu 3%. E o nosso sistema tributário é diretamente responsável por isso.

Não só pela cumulatividade já citada, mas a mudança na tributação implementada pela Lei Kandir, em 1996, desonerou as exportações de produtos primários ou semielaborados do pagamento de ICMS, em contraposição aos manufaturados. Isso fez nosso país voltar aos tempos da colônia, com a exportação apenas de matéria-prima, para importar produtos industrializados.

Nas comemorações do Dia da Indústria, pairou um clima esperançoso em defesa da reindustrialização do país. O presidente Lula e seu vice, Geraldo Alckmin, publicaram importante artigo tratando do tema, no qual citaram a **reforma tributária** como instrumento para: "destravar, desburocratizar e simplificar processos que prejudicam a indústria. A reforma estimulará o investimento privado, elevará as exportações nacionais, combaterá as distorções alocativas e

melhorará o ambiente de negócios, reduzindo o custo Brasil".

No evento na Fiesp, o presidente da República anunciou algumas medidas em defesa da indústria e apontou também um dos maiores inimigos da produção industrial, que são as altas taxas de juros, as maiores do mundo. O presidente do Banco de Desenvolvimento Nacional (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou o investimento de R\$ 20 bilhões em recursos para investimentos em inovação. Além da redução dos spreads para financiar a produção de bens nacionais voltados à exportação.

O processo de reindustrialização do Brasil deve considerar os principais desafios do desenvolvimento do século XXI, incentivando a economia verde, com uma indústria inovadora e sustentável, potencializando investimentos públicos e privados. O nosso sistema fiscal, definido pela Constituição de 1988, não fala nada sobre esse objetivo porque este não era um problema global na época.

Agora esse tema é fundamental para o Brasil se inserir na nova ordem econômica mundial e é necessário um tratamento diferenciado para setores econômicos menos poluentes em contraponto à cadeia do carbono.

Reginaldo Lopes é deputado federal (PT-MG)

Muito otimismo e pouca ambição (Editorial)

O arcabouço fiscal ainda precisa do aval do Senado, mas a aprovação da proposta pela Câmara foi suficiente para melhorar as expectativas sobre a economia. Até o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reconheceu que as taxas de juros longas já caíram quase 2% nas últimas semanas e admitiu que o risco de descontrole da **inflação** foi descartado.

As incertezas em relação ao efetivo funcionamento do dispositivo, no entanto, permanecem presentes, como indicou a mais recente análise da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

Desde a apresentação do arcabouço pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ficou claro que o governo contava com um incremento nas receitas para reverter o déficit primário. No lugar de estimativas de recuperação da arrecadação que alcançam a marca de R\$ 135,2 bilhões neste ano e de R\$ 645 bilhões até 2025, como prevê o ministro, a IFI traz projeções bem mais modestas sobre as medidas que o Executivo tem à mão para voltar a registrar superávits.

Divulgada logo após a aprovação do arcabouço pela Câmara, a edição de maio do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) da IFI estima que o governo poderá contar com R\$ 63,4 bilhões extras em 2023 e cerca de R\$ 305 bilhões até o fim de 2025 - menos da metade do que espera arrecadar, portanto.

Uma das principais diferenças entre as previsões da IFI e as do governo diz respeito aos recursos oriundos de decisões de tribunais superiores sobre questões tributárias. Elas proíbem - ou podem proibir - as empresas de usarem benefícios fiscais oriundos de um imposto estadual, o ICMS, para reduzir a base de incidência de **tributos** federais como o Imposto de Renda e a CSLL e obter créditos de PIS e Cofins.

Não há pessimismo da parte da instituição, mas uma prudência que o governo faria muito bem se incorporasse às suas projeções. No primeiro caso, ainda pendente de uma decisão final, a IFI considera que o impacto é "bastante incerto e de difícil previsão", uma vez que as disputas podem se estender por anos; no segundo, em que houve sentença favorável ao governo, o efeito é positivo, mas bem menor do que a Fazenda espera. Isso explica por que, em vez do déficit zero que o governo prevê em 2024, a IFI estima um déficit primário de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Para além da análise dos números, a diretora da instituição, Vilma da Conceição Pinto, fez uma avaliação qualitativa do arcabouço. Segundo ela, o dispositivo é mais flexível que o teto de gastos, mas também mais complexo, o que aumenta o risco de descumprimento da norma. Crítica semelhante foi feita por Bruno Funchal, CEO da Bradesco Asset e ex-secretário do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, em entrevista ao Estadão. Para ele, a reação do mercado seria ainda melhor se o limite de despesas não tivesse sido afrouxado já no primeiro ano de sua vigência.

Ainda há chances de que o Senado faça ajustes ao texto aprovado pela Câmara para tornar mais claras as regras do arcabouço, mas alterações estruturais, que tornem o mecanismo mais rígido, são improváveis. É uma pena, pois uma política fiscal mais austera não é um fim em si ou uma obsessão de economistas ortodoxos.

De forma imediata, o arcabouço contribuiu para criar um ambiente mais benigno ao controle da **inflação** e à redução dos juros, mas há dúvidas sobre se ele conseguirá garantir a sustentabilidade da dívida pública no médio e longo prazos. Mas se almejasse mais do que uma recuperação pouco realista das receitas e focasse também na redução das despesas, o dispositivo teria mais credibilidade e, de forma indireta, favoreceria a tramitação de uma **reforma tributária**, próximo item da lista de prioridades de Haddad.

O ministro, assim como todos aqueles que acompanham o tema, defende uma **reforma tributária** que conduza a um sistema mais simples, justo e progressivo.

A maior ameaça à aprovação da proposta, no entanto, é o receio de que as discussões resultem em um aumento da carga, algo que um arcabouço mais espartano e ambicioso teria sido capaz de eliminar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"É fundamental fortalecer a AL"



Henrique Lessa

»»Entrevista | Daniel Scioli | embaixador da Argentina no Brasil

Pré-candidato à Casa Rosada, o embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli, enxerga na integração cada vez mais profunda entre os dois países como um jogo em que todos saem ganhando. Mas, para o ex-governador de Buenos Aires e diplomata, isso não gira em torno somente da promessa que Luiz Inácio Lula da Silva fez, no começo deste mês, ao presidente Alberto Fernández de trabalhar por investimentos e no desenvolvimento de projetos conjuntos com o país vizinho. Para Scioli, a

conexão mais estreita entre Brasil e Argentina freia a agressiva política comercial da China e, conforme frisou, serve de exemplo para a construção de um modelo de integração na América do Sul que pode se estender para a América Latina.

A seguir, os principais trechos da entrevista ao Correio Braziliense.

O que a Argentina espera da promessa de apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feita na visita do presidente Alberto Fernandes, no começo deste mês?

O que a Argentina solicita é que o Brasil encontre um mecanismo para financiar suas indústrias para maior volume de exportações.

A Argentina não quer dinheiro, mas, nesta conjuntura de restrições nas reservas de dólares, que o Brasil encontre um sistema de financiamento para seus exportadores, que vendem para a Argentina insumos, matérias primas, autopeças... Essa cúpula de presidentes da América Latina é para recriar, atualizar o espírito de integração, para sermos mais fortes juntos. Dará oportunidade, também, de avaliar os avanços deste momento positivo para a indústria brasileira, como disse recentemente o presidente (Josué Gomes) da Fiesp (Federação das Indústria de São Paulo).

O senhor foi considerado muito habilidoso em vencer a resistência do ex-presidente Jair Bolsonaro na relação bilateral com a Argentina. Mas, agora, o que mudou?

Minha missão aqui começou em agosto de 2020, com o objetivo de reconstruir a relação com o Brasil. Uma agenda comum, positiva, para que o Brasil volte a ser o parceiro número um de Argentina.

Depois do primeiro ano, solucionamos disputas comerciais e tivemos um recorde no comércio internacional nos últimos nove anos. Passada essa etapa, agora com o novo governo, com o compromisso que Lula tem com o Mercosul, com a relação privilegiada com a Argentina, com o desejo de recriar a Unasul, agora se está construindo um acordo executivo profundo decidido em 23 de janeiro, com a visita do presidente brasileiro a Buenos Aires.

Definimos quase que a totalidade e estamos, agora, concluindo os últimos pontos do acordo, que é a integração financeira. Outro, é a integração energética, com a liberação de restrições para que o BNDES

(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) avalize o financiamento dos dutos para continuar com o segundo tronco do gasoduto (de Vaca Muerta) que beneficiará muito o Brasil, que comprará gás com preços melhores e de forma mais sustentável. A Argentina também vai se beneficiar, pois em vez de importar gás, passará a exportar a partir dessa obra de infraestrutura.

As críticas no Brasil são grandes quanto a projetos de infraestrutura que foram realizados em países vizinhos, cujos financiamentos não foram pagos...

Sei que isso é muito sensível por questões do passado, mas, hoje, o que se avalia é que o Brasil financie apenas os tubos que se fabricam no Rio de Janeiro, com uma empresa brasileira, com trabalhadores brasileiros - só isso.

A obra civil, a engenharia, será financiada pela Argentina; o Brasil só financiará os materiais que são produzidos aqui.

Esse projeto não começou agora.

No governo anterior, um dia me ligou o ministro (da Economia) Paulo Guedes, que me disse sobre o grande interesse do BNDES em financiar a segunda etapa do gasoduto. Iniciamos os trabalhos técnicos, também falamos de garantias. Agora, mudou o governo e damos continuidade a este grande objetivo de integração energética.

Quais garantias? E se a Argentina não conseguir pagar por esses investimentos brasileiros?

A Argentina só solicita que o Brasil estude mecanismos para financiar suas empresas, suas indústrias. Esse é o ponto. Senão, o Brasil perde o mercado para a China, que vende para a Argentina muitos produtos semelhantes com financiamento. Geopoliticamente é muito importante aprofundar a integração e encontrarmos juntos mecanismos para potencializar o comércio de fertilizantes, de semicondutores. É possível produzir nos nossos países para ter uma maior autonomia e independência. Argentina e Brasil têm, juntos, um grande projeto, que se realizou anos atrás, em Minas Gerais, com investimento privado argentino. Queremos reativar esse projeto para não dependermos de comprar semicondutores. Nosso objetivo é criar uma complementação maior do ponto de vista industrial, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista do abastecimento da nossa região.

O contribuinte brasileiro quer saber quem paga a conta. O senhor acredita na saída pelos BRICS? A Argentina espera participar do grupo?

Dependerá da vontade dos outros países. O que podemos dizer sobre as garantias é que a Argentina não tem problema estrutural de dólares. Tem problema conjuntural, porque sofre a pior seca dos últimos 90 anos. Perdeu a entrada de US\$ 20 bilhões que estavam previstos. Quando se normalizar esta situação, as perspectivas de um futuro próximo são muito boas em mineração de lítio e cobre, no agro, nos alimentos, em energia, em turismo, na economia do conhecimento.

A Argentina tem aquilo que o mundo precisa - alimento, energia, minerais para o novo tempo da mobilidade elétrica. Sobre o financiamento para exportações, convido que fale sobre isso com o presidente da Marco Polo (fabricante de carrocerias de ônibus), Daniel Rondon. Estão reclamando que o Brasil encontre uma solução.

A solicitação de financiamento das exportações não é uma demanda da Argentina; é uma demanda legítima dos empresários brasileiros.

O que se pode esperar da participação do presidente Fernández na cúpula (que começa hoje)? A Argentina já formatou a proposta de acordo para o Brasil quanto às garantias para as exportações?

Estamos trabalhando para encontrar uma solução para o financiamento das empresas brasileiras. Certamente Fernández deve demonstrar a gratidão com os esforços do governo do Brasil para encontrar essa solução para as suas empresas e por apoiar a Argentina nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O apoio do Brasil, tanto na negociação com o FMI como na busca de uma garantia do Banco do BRICS, será suficiente?

O acordo com o FMI, fechado pelo então ministro da Economia, Martín Guzmán, no artigo 22 tem uma cláusula sobre questões extraordinárias, como a seca. Isso abre a possibilidade de reconsiderar as metas e os objetivos. A respeito do que está para começar esta semana na China (reunião do Banco dos BRICS), creio que quando há vontade política e compreensão das razões justas, se alcançam as soluções.

Qual a perspectiva da Unasul na sua opinião?

Creio que no contexto de crise da globalização, é fundamental fortalecer a América do Sul com uma agenda de integração energética, de infraestrutura - dois aspectos muito importantes.

Acredito que o que vai acontecer entre Brasil e

Argentina, com um profundo acordo de integração, será uma referência inspiradora. Devemos encontrar os pontos de interesses comuns entre todos os países da América Latina. E creio que nesta terça-feira, com a apresentação de cada presidente, se mostrará um grande progresso para se alcançar esse objetivo.

Essa integração profunda passa pela moeda única para o Mercosul?

O ministro Fernando Haddad afirmou que esse é um dos objetivos, de médio prazo, para uso comercial. É um tema que será necessário um profundo debate pelos bancos centrais, com os ministros da economia. Minha missão, agora, é com um futuro próximo, esperando que o povo argentino me dê a oportunidade de ser seu presidente.

O senhor pretende, novamente este ano, disputar a Casa Rosada, depois de perder, em 2015, para o ex-presidente Ricardo Macri. Caso vença, qual a saída para a profunda crise vivida pela Argentina?

Em 2015, perdi por algo entorno de 1%. Acredito na Argentina, acredito nas suas forças produtivas, acredito que os problemas de agora têm solução.

O povo argentino conhece a minha experiência, minha trajetória, minha previsibilidade, minha sensatez, minha moderação, minha capacidade de diálogo com todos os setores da vida política, no meu país e no mundo, como demonstrei no Brasil.

Cada eleição é nova demanda e o povo argentino demanda isso.

Quando depositar o voto, privilegiará isso - a experiência que propõe um grande projeto de futuro e que solucione os problemas imediatos.

O senhor contará com o apoio do kirchnerismo?

São as pessoas que votam.

Obviamente, a vice-presidente (Cristina Kirchner) tem um grande peso político. Com a criação da lei das primárias para todos os partidos políticos, decidi participar delas, pois acredito que o melhor é a vontade popular para orientar as candidaturas.

O senhor está otimista para as primárias?

Muito. Tenho a escola do esporte, que quando se sai em campo para o jogo, deve-se estar convencido que vais ganhar.

Estou convencido que, com minha experiência, meu programa de governo, será o que triunfará - apesar

dos problemas com a **inflação**, com os baixos salários, da pobreza. Se focarmos um maior esforço em produzir, e cada vez mais com o Brasil, a Argentina será um ator relevante no contexto internacional.

Como o senhor tem dividido o tempo entre Buenos Aires e Brasília com a campanha presidencial?

A melhor campanha é resolver os problemas. O povo me conhece muito bem. Não necessito fazer campanha tradicional como os outros candidatos, que prometem soluções milagrosas, felicidade e grandes salários. A minha é diferente.

Quero agradecer porque o Brasil me deu a oportunidade de desenvolver toda a minha experiência.

Com o governo anterior (de Jair Bolsonaro), apesar da grande diferença política e ideológica, mas com grande pragmatismo e responsabilidade, fomos reconstruindo a relação. Agora, com o governo do presidente Lula, vivemos um tempo de integração profunda com todo o Brasil.

"Essa cúpula de presidentes da América Latina é para recriar, atualizar o espírito de integração, para sermos mais fortes juntos"

"Argentina só solicita que o Brasil estude mecanismos para financiar suas empresas, suas indústrias. Esse é o ponto. Senão, o Brasil perde o mercado para a China, que vende para a Argentina muitos produtos semelhantes com financiamento"

"Acredito que o que vai acontecer entre Brasil e Argentina, com um profundo acordo de integração, será uma referência inspiradora.

Devemos encontrar os pontos de interesses comuns entre todos os países da América Latina"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/30/all.pdf>

A extrema direita ameaça a Europa (Editorial)

O crescimento da extrema direita na Europa tem se mostrado consistente e está longe de seu ápice.

Com a população enraivecida diante da disparada da **inflação**, cujos índices atingiram níveis sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o discurso populista da ultradireita tem se solidificado, sobretudo na classe média, que vê suas conquistas históricas ameaçadas por governos que, no entender dessa camada da população, já não atendem seus anseios. O caldeirão de insatisfação é engrossado pelas constantes ondas de imigração, que, para os europeus menos esclarecidos, significam ameaça real a seus empregos e à política de bem-estar que faz da região uma das menos desiguais do mundo.

A nova conquista da direita conservadora se deu na Espanha, onde o Partido Popular (PP), aliado ao Vox, de extrema direita, obteve a maioria dos votos nas eleições regionais de domingo. O PP retirou do Partido Socialista, do primeiro-ministro Pedro Sánchez, o comando de 10 regiões, algumas delas redutos históricos de legendas de esquerda. Na tentativa de evitar um desgaste maior e de conter o avanço da ultradireita, Sánchez dissolveu o Parlamento e convocou eleições gerais para 23 de julho, pleito que só ocorreria no fim deste ano. Ele acredita que, com essa tacada, ainda conseguirá garantir a maioria parlamentar com a sua agremiação, hoje fechada com o Podemos, de extrema esquerda. Não será tarefa fácil.

O movimento conservador na Espanha abriga parte dos grupos racistas e xenófobos que decidiram mostrar a cara sem constrangimento. O mesmo ocorre em Portugal, em que o Chega, de extrema direita, é o partido que mais cresce nas pesquisas de intenção de votos. A musculatura ganhada pela legenda se alimenta do péssimo momento vivido pelo governo do socialista António Costa, enredado em crises que já derrubaram mais da metade de seu ministério.

A insatisfação nas ruas é grande, apesar dos constantes programas anunciados pelo Estado para amenizar os efeitos da carestia no orçamento das famílias.

Com maioria absoluta no Parlamento, o Partido Socialista vê seu capital derreter.

Há, inclusive, forte pressão para que o presidente português, Marcelo Rebelo de Souza, dissolva a Assembleia da República e antecipe as eleições gerais. O político, porém, teme que o PSD, de direita e principal legenda de oposição, se alie ao Chega e tome o poder. Seria, no entender dele, um retrocesso inaceitável para um país que está a caminho de completar 50 anos da Revolução dos Cravos, que livrou Portugal de décadas da ditadura de António Salazar, período em que a miséria imperou no país europeu. Os portugueses mais progressistas alertam para o perigo de a península Ibérica se juntar aos ultraconservadores que assumiram o comando de Itália, Suécia, Finlândia, Polônia e Hungria e ameaçam a França.

Impactada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a Europa está sendo obrigada a lidar com uma Turquia que já se transformou em uma autocracia. Pouco mais da metade dos 64 milhões de eleitores daquele país deram o quinto mandato, no domingo, a Recep Erdogan. No total, ele ficará 25 anos no poder - isso, se não se perpetuar no cargo. Os mapas de votação indicaram que o líder turco mantém uma base resiliente entre conservadores e religiosos, que têm sancionado todas as ações do governo para a derrocada da democracia. O cerceamento à liberdade de expressão é evidente, assim como a perseguição a adversários políticos e a opressão às minorias étnicas e às comunidades LGBTQIA+.

Ainda há tempo de os europeus interromperem uma virada radical na região, onde a intolerância e o ódio levaram a duas grandes guerras. Infelizmente, não há hoje lideranças moderadas expressivas para conter os radicais da ultradireita.

Desde a saída de Angela Merkel do governo alemão, um vácuo se abriu.

Há um terreno fértil para que populistas que pregam a segregação, o fechamento de fronteiras e a destruição de políticas sociais incutam entre os insatisfeitos a visão de que eles são a solução para todos os problemas de uma Europa enfraquecida.

Que o bom senso prevaleça.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio brazilien>

se/2023/05/30/all.pdf

Raul Velloso - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Diante da difícil viabilização financeira dos regimes previdenciários de "repartição simples" que a maioria dos países tentou adotar, pois neles em algum momento o número de beneficiários passa a aumentar sistematicamente a taxas mais elevadas do que as relativas aos contribuintes, resulta o inexorável aumento dos respectivos déficits previdenciários. ao lado da expansão cada vez mais forte da fatia do item previdência nos orçamentos públicos. Daí à queda dos investimentos em infraestrutura e do crescimento do **PIB** é apenas um passo.

Diante disso, o setor público brasileiro tem aprovado reformas de regras, visando a reduzir os novos gastos, como a última sob a Emenda 103/19, que, inclusive, clareou, definitivamente, o significado da expressão "equacionamento previdenciário", tarefa essa que passou a ser exigida desde a edição da Emenda 20/98, mas que, até ali, não tinha, infelizmente, recebido a devida atenção por parte das autoridades com responsabilidade sobre esse assunto.

Outra medida estabelecida pelas autoridades de Brasília foi o cálculo de uma alíquota extraordinária para zerar os déficits atuariais, a ser paga pelos entes respectivos envolvendo no máximo 35 anos. Para reduzir tal alíquota, podem ser aportados ativos diversos de propriedade dos entes à sua previdência. Caso, mesmo assim, ela fique muito alta parte-se, como etapa final desse mesmo processo, para a capitalização da previdência dos novos entrantes.

Tipicamente, isso se faz inicialmente por meio de uma "segregação de massas", separando os participantes em dois grupos: um deles contendo os mais antigos, que haviam ingressado até uma certa data de corte, e no outro, os que ingressassem a seguir. O primeiro é conhecido como "plano financeiro", onde os benefícios são pagos, como até então, com base na arrecadação com eles relacionada ou se transformam em déficits a serem financiados pelo ente público respectivo. E o outro é mais referido como plano capitalizado.

Nesse último caso, evoluiu-se para um regime em que se capitalizariam as contribuições associadas aos que ingressassem no sistema a partir de um certo momento presente, para lastrear, com aquelas, o pagamento dos futuros benefícios que os novos membros perceberiam, mediante regras costumadamente definidas, enquanto se decidia o que fazer para cobrir as necessidades de

financiamento dos gastos com os que tivessem ingressado antes dessa data de corte.

Foi dentro dessa última busca que surgiu algo que passou a ser chamado de "custo de transição" (isto é, da transição entre a antiga e a nova situação), que é dado pelo montante das contribuições associadas aos que ingressassem a partir da citada data de corte, que antes engrossariam as receitas do regime de repartição, mas que agora não mais poderão exercer esse papel, ao serem naturalmente direcionadas para os novos fundos previdenciários que sejam criados a partir dali.

Esse custo decorre, assim, de os benefícios devidos aos mais antigos não mais poderem ser pagos diretamente com a ajuda das contribuições dos mais novos, que agora serão exclusivamente voltadas para obter um certo rendimento no futuro, o que passou naturalmente a exigir a adoção de providências compensatórias.

Depois de muita discussão em tomo do assunto (com destaque para as posições de Leonardo Rolim, como se pode ver pelos debates do Fórum Nacional em https://www.youtube.com/watch?v=06CRqiP_KtM), surgiu a solução de se fazer uma "transferência dinâmica de vidas" (vidas, obviamente, de segurados) do fundo financeiro para o fundo previdenciário, contemplando parte da parcela mais envelhecida dos beneficiários do primeiro desses fundos, cujos benefícios seriam, assim, lastreados pelos recursos acumulados a partir das contribuições dos novos servidores atrelados ao fundo capitalizado.

Simultaneamente, e para fazer a devida compensação de fontes de financiamento, se escolheria uma nova fonte do ente público em causa (como, por exemplo, o Imposto de Renda Retido dos Servidores -IRRF, na dimensão correta), que seria "vinculada" via o instrumento legal cabível, à previdência do ente respectivo, e serviria de lastro para o pagamento dos benefícios dos servidores que ingressassem a partir da data de corte, no devido momento futuro.

Para encerrar, o estado do Piauí e Prefeitura de São Paulo vem se preparando para adotar tais soluções, agora já em fase de materialização da perspectiva de aumentar os investimentos de forma expressiva, este o objetivo fundamental de tudo isso, em comparação com a hipótese de nada fazerem termos de ajuste de suas contas. Assim, em vez de assistir impávido ao aumento do seu déficit previdenciário de R\$ 1.6 bilhão,

em 2019, para R\$ 1,8 bilhão, em 2022, e R\$ 2,3 bilhões, em 2032, o Piauí reduziu esses números para apenas R\$ 0,2 bilhão, em 2022, e R\$ 0,7 bilhão, em 2032. Por conta disso, em vez de o Estado fechar seus investimentos em R\$ 0,2 bilhão em 2022, e praticamente zerá-los em 2032, poderá obter R\$ 2,1 bilhões de investimentos em 2022 e R\$ 1,6 bilhão em 2032. Viva eles!

"O olhar não pode ser focado no curto prazo"



FOCA LISBOA/UFMG/DIVULGAÇÃO
Débora Freire. "Um sistema tributário mais eficiente e mais simples obviamente tem maior potencial de crescimento"

ENTREVISTA: Débora Freire / SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL DA FAZENDA

A economista Débora Freire foi para o governo levando na bagagem estudos sobre **reforma tributária**. Juntamente com Edson Domingues, da UFMG, sua pesquisa mostra que haverá melhora na distribuição de renda com devolução dos **impostos** para os mais pobres, que substituiria a desoneração da cesta básica.

É um cashback que se discute estender a saúde e educação.

Ela afirma que a resistência dos setores que terão o imposto majorado será vencida com a perspectiva de mais crescimento e produtividade na economia. E defende que a reforma será um legado para o desenvolvimento econômico brasileiro, já que os efeitos não serão sentidos nesse governo.

Agropecuária, indústria alimentícia, saúde, educação, advogados, prefeitos .. Há reclamações de todos os lados sobre a **reforma tributária**. Que concessões o governo está fazendo para vencer essa resistência?

O governo tem tentado avançar, da forma mais correta possível, a respeito dos impactos da reforma. No Ministério da Fazenda, há uma secretaria especial para dar respostas e subsídios para explicar a reforma e seus efeitos, amplamente estudados. As resistências serão trabalhadas a partir da democracia e do diálogo dos benefícios potenciais que essa reforma vai gerar.

Todos os setores vão se manifestar nas audiências públicas.

A reforma implica um pacto social. Seus efeitos serão absorvidos no médio e longo prazo, com maior produtividade e crescimento econômico. Há alternativas estudadas em alguns setores, como saúde e educação privada, sobre que o Estado poderá fazer para mitigar esses impactos de curto prazo. De fato, esses setores no curto prazo teriam aumento de alíquota.

Mas é importante frisar que, quanto mais diversificado for o sistema de alíquotas, mais mitiga o ganho potencial da reforma no crescimento, impondo um custo de eficiência em relação aos efeitos da reforma.

No curto prazo, para impulsionar esses setores, há a política de cashback, de devolução dos **impostos** para as famílias. Não há nada certo, se vai ser o cashback, ou um tratamento especial, ou outra forma. É uma resposta que está sendo construída com estudos e diálogo no Congresso.

A reoneração afeta diretamente o setor agropecuário, que tem reclamado do fim do benefício para a cesta básica.

O agronegócio ganha com a reforma, há ganhos de produtividade.

E será ainda mais beneficiado por conta do cashback, já que os gastos das famílias mais pobres são maiores com os alimentos. A agropecuária tem uma cadeia muito grande. Uma vez eliminada a cumulatividade (**impostos** cobrados sobre valores com **impostos**), o setor se beneficia grandemente. A reoneração da cesta básica viria em conjunto com o cashback, que daria mais foco ao benefício, uma vez que a isenção de **impostos** desonera as classes de renda da mesma forma. Estudos mostram que a desoneração não se reflete em grandes reduções de preços. Reoneração com essa devolução é uma política pública potencialmente mais efetiva. Haverá também um período de transição, de seis anos, para que o setor possa absorver todos esses ganhos.

O olhar não pode ser focado no curto prazo, tem que olhar para os setores. E já há o ganho de partida com redução da cumulatividade.

O que o governo está fazendo para engajar a

sociedade em um tema tão árido?

A estratégia é comunicar de forma mais ampla os benefícios da reforma. Para a sociedade civil e até para o empresariado, é difícil perceber os benefícios, não há um ganho imediato.

Há um período de transição de seis anos para absorver os efeitos potenciais. O governo está encampando uma reforma que traz grandes impactos de médio e longo prazos, com potencial de aumentar o crescimento potencial, renda e desenvolvimento. O Ministério da Fazenda, encampando a proposta, está sendo honesto e corajoso por encarar um discussão tão difícil como reforma mesmo que seus ganhos mais amplos só sejam sentidos no longo prazo. A reforma é um legado para o desenvolvimento brasileiro.

Como ficará a situação da Zona Franca de Manaus?

O modelo tem sido estudado, haverá de fato a manutenção da Zona Franca. Estamos trabalhando conjuntamente com os representantes da Zona Franca para pensar a melhor saída para essa questão. Será uma solução de consenso.

Como ficará a questão das renúncias tributárias na reforma, já que o Simples e a Zona Franca, as duas maiores, serão mantidas?

Gastos tributários têm um prazo legal que vai ser respeitado. No período de transição, ainda vão vigorar alguns benefícios. A reforma vai tornar mais transparente o sistema tributário, e há a previsão de um fundo de desenvolvimento que inverte a lógica de incentivo.

Serão mantidos os prazos legais, mas estamos encampando uma reforma que vai trazer mais luz ao dar mais transparência para os benefícios tributários.

Prefeitos, principalmente os de grandes cidades, têm se colocado contra a reforma, pela perda de receita e do poder de tributar. Como está a negociação com eles?

É uma questão pacificada.

Tivemos vários encontros oficiais com prefeitos. Estamos mostrando os principais ganhos.

Os pesquisadores Sergio Gobetti (economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea) e Rodrigo Orair (diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**), notoriamente reconhecidos, mostram que 85% dos municípios saem ganhadores com a reforma. Um município pode ter um crescimento menor em comparação com outros, mas todos

ganham.

É consensual. Mesmo os de grande porte vão ganhar com o crescimento.

A votação do arcabouço ajuda a acelerar a reforma?

São temas fiscais, mas distintos e isolados. A **reforma tributária** vai trazer mais crescimento econômico e pode beneficiar o arcabouço, apesar de a reforma ser fiscalmente neutra, não ter aumento de carga tributária. O benefício virá do aumento do **PIB** potencial, com ampliação da base. A reforma auxilia por dar mais folga para equilibrar as contas públicas.

São temas independentes que se comunicam. Um sistema tributário mais eficiente e mais simples obviamente tem maior potencial de crescimento, o que ajuda o fiscal.

Apolítica para o carro popular trará mais renúncias fiscais. Não prejudica a **reforma tributária**?

Como os demais benefícios, é temporário e teremos um período de transição da reforma.

O carro popular é um projeto temporário e não implica qualquer entrave. É uma prioridade importante no Brasil fomentar o uso de transporte que seja mais sustentável.

"Para a sociedade e até para o empresariado, é difícil perceber os benefícios, não há um ganho imediato"

"A reforma implica um pacto social. Seus efeitos serão absorvidos no médio e longo prazos"

"Estudos mostram que a desoneração (da cesta básica) não se reflete em grandes reduções de preços"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação parece que vai engrenar uma melhora, diz Campos Neto

Larissa Garcia De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que há "uma notícia boa" na economia, com a **inflação** cheia cedendo, ainda que em ritmo mais lento, ao mesmo tempo em que a atividade vem surpreendendo para cima.

"Na atividade econômica também temos uma notícia boa. Eu digo que o cenário está clareando. A gente tem uma **inflação** que parece que vai engrenar uma melhora, ainda que lenta. Ao mesmo tempo, a atividade vem surpreendendo para cima. Índices de confiança melhoraram, mas ainda abaixo da média", disse em palestra na entrega do "Prêmio Inovação para o Desenvolvimento Econômico", promovido pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Ceará (Corecon-CE) e pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Ceará (IBEF-CE), em Fortaleza.

"A **inflação** cheia do Brasil está caindo bastante, a parte de energia caiu mais rápido, mas os países ainda estão com núcleos bastante altos comparando com as metas", complementou. Segundo ele, o índice cheio de preços "subiu muito e caiu muito". "Foi a que mais caiu entre os emergentes", afirmou. "Há uma distorção aqui por conta de medidas tributárias adotadas no ano passado. Fica mais difícil ter a visibilidade do índice cheio. Os núcleos estão caindo, isso é bom, mas está mais lento do que imaginávamos", continuou.

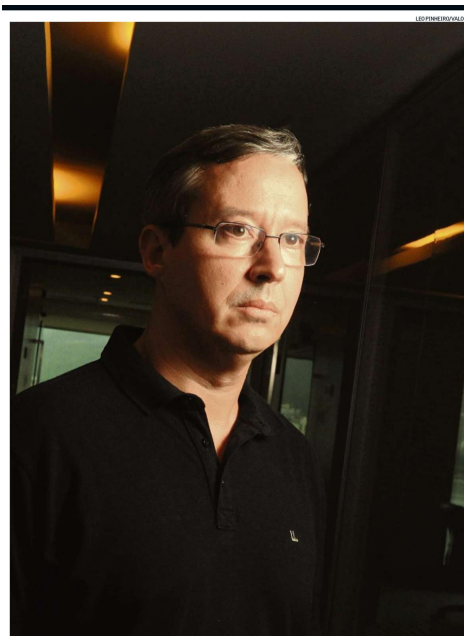
Segundo o presidente do BC, "ainda tem um trabalho a ser feito".

"A gente entende que essa queda [da **inflação**] vai continuar. É a primeira vez que há um surto inflacionário mundial e o Brasil está abaixo. Isso se deveu porque o BC entendeu que precisava subir juros, subiu rápido e antes", disse.

Campos enfatizou, ainda, que as expectativas de **inflação** estão "melhorando um pouco" nas últimas semanas. "Mas as expectativas de longo prazo ainda estão bastante elevadas, em 4% para uma meta de 3%. Isso vem de um debate de quanto vai ser a meta de **inflação**", ressaltou. Segundo ele, parte da desancoragem "está relacionado ao fiscal". "Isso está sendo endereçado, entendemos que isso vai melhorar", destacou.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187561>

Otimistas com PIB veem espaço para melhora nas projeções do restante do ano



Fernando Rocha, economista-chefe da JGP: agro ainda é importante no impulso do segundo trimestre

Marcelo Osakabe e Victor Rezende

A recente leva de revisões dos cenários econômicos para 2023 não surpreende tanto quem já adotava premissas mais otimistas no cenário. Para economistas ouvidos pelo Valor, a surpresa positiva trazida por indicadores nos últimos meses tem ajudado apenas a retirar o pessimismo que pairava entre analistas. No entanto, ainda existe espaço para melhora adicional nas projeções deste ano, dizem.

No primeiro relatório Focus do ano, a mediana das estimativas dos analistas apontava expansão de 0,78% do **PIB**. Alguns chegavam a alertar para o risco de um cenário de recessão técnica no primeiro trimestre, após a contração do **PIB** de 0,2% observada no últimos três meses do ano passado. De lá para cá, houve uma melhora da atividade e das estimativas para o desempenho da economia, processo que se acelerou na última semana, quando o Focus passou a apontar crescimento de 1,26% no ano.

O resultado de indicadores econômicos referentes a março ajuda a contar boa parte do viés altista para o crescimento, já que o mercado foi bastante surpreendido. Esse fenômeno foi capturado no índice de surpresa da atividade econômica, que, nos cálculos do Bradesco, chegou a 0,94 ponto em maio, maior nível desde setembro de 2020. Quanto mais alto o indicador, maior a surpresa positiva do desempenho

da atividade econômica em relação às expectativas consensuais do mercado.

Na formulação do indicador, o Bradesco utiliza os resultados da Pesquisa Mensal da Indústria (PMI), do Comércio (PMC) e de Serviços (PMS), além dos dados do mercado de trabalho extraídos do Caged e da Pnad. "São os cinco indicadores mais importantes para o **PIB** e para a formação das expectativas de atividade do mercado", enfatiza o economista Vitor Vidal. "No fim do dia, a intenção é agregar os dados para ter algum cheiro sobre o que vai ser a percepção de **PIB** do mercado", afirma.

Nesse sentido, Vidal observa que, na virada de 2021 para 2022, o mercado foi surpreendido com a força da atividade, o que foi observado no indicador, e, agora, novamente os dados têm apontado para uma resiliência maior do desempenho da economia. O Bradesco, inclusive, já estava na ponta mais otimista e, agora, projeta um crescimento de 1,8% em 2023.

"Existe um fenômeno global por trás", observa o economista-chefe do banco, Fernando Honorato Barbosa. "O que conseguimos fazer nesta altura é identificar que ainda existe um legado da reabertura da economia; uma demanda reprimida por serviços; alguma poupança que foi gerada durante a pandemia... E, aqui no Brasil, a economia teve muitos estímulos, fiscais e monetários; o crédito cresceu uma enormidade; a expansão da renda agrícola é muito forte e tudo isso vai se multiplicando na economia", elenca.

Na JGP, o ano que começou com uma expectativa já alta em relação ao consenso, de crescimento de 1,5%, agora contempla uma expectativa de expansão de 2%.

"Existem dois motivos para essa surpresa da atividade, só que são dois motivos meio que previsíveis. O primeiro é a agricultura. As pessoas tendem a subestimar o peso dele porque, no cálculo do **PIB**, ele pesa apenas 8%. Só que os efeitos indiretos que ele tem na indústria e nos serviços são muito maior. Considerando o agro nesse latu sensu, diria que ele corresponde por algo perto de 30% da economia brasileira", diz o economista-chefe da gestora, Fernando Rocha.

Ocorre que a safra muito favorável já estava

desenhada no fim do ano passado, nota. "As consultorias que estimam isso só vieram melhorando a previsão. O fenômeno La Nina, que provoca seca na Argentina, é bom para as culturas na maior parte do Brasil."

O segundo fator que pesa na avaliação mais otimista de Rocha é o impulso fiscal. "Também era algo conhecido desde meados do ano passado, quando o Auxílio Brasil [agora novamente Bolsa Família] aumentou de tamanho e viu o valor subir para R\$ 600. O orçamento do programa passou de R\$ 30 bilhões antes da pandemia para R\$170 bilhões."

Uma vez que a safra agrícola se concentra no primeiro trimestre, muitos analistas avaliam que seus efeitos positivos sobre a atividade também se esgotem no começo do ano. Para Rocha, no entanto, o agro ainda é importante no impulso do segundo trimestre. "Existe toda a questão do escoamento e reinvestimento da renda que acontece em abril e maio. É só olhar os dados da balança comercial, que está bem. Juntamente com o impulso das transferências fiscais, que é mais bem distribuído ao longo do ano, a desaceleração fica apenas para o segundo semestre", diz Rocha.

Visão semelhante é defendida pelo Bradesco. "O agro é o grande ator do primeiro trimestre e podemos ver um cenário em que o **PIB** cresce e, como isso se dá do lado da oferta, não é algo inflacionário. E, mesmo excluindo a parte agro, a dinâmica de serviços ainda é boa e isso se espalha no segundo trimestre. É o que tem fomentado a nossa expectativa de crescimento de 1,8% neste ano", diz Vitor Vidal.

A Vinci Partners é outra casa que já carrega há algum tempo a expectativa de um **PIB** mais forte no ano e projeta um crescimento de 2%. "Estamos crescendo mais que o esperado pelas pessoas? Sim, mas o mercado esperava coisas erradas." diz o responsável pela área de macroeconomia da Vinci José Carlos Carvalho. "O motivo do crescimento vem, principalmente, do lado da oferta. Claro que a atividade tem mostrado números melhores, mas estamos vendo uma produção agrícola superforte. Não acho que o crescimento seja muito inflacionário neste momento", defende.

Carvalho lembra que, em 2022, o **PIB** brasileiro cresceu 2,9%, o que confirma um viés de desaceleração do crescimento. "Esse crescimento de 2% é inferior ao do ano passado. A economia está esfriando. Além disso, esse crescimento não é inflacionário. A produção agrícola está subindo 15% e isso indica um aumento da oferta. É um fator deflacionário. São choques positivos. O mercado estava excessivamente pessimista e, agora, começa a

migrar para números próximos dos nossos. O crescimento mais forte não nos causa surpresa."

Quem também adota uma leitura mais otimista com a **inflação** é o UBS BB. O economista-chefe do banco, Alexandre de Ázara, avalia que o IPCA vai fechar 2023 em 5%, 0,71 ponto a menos que o consenso do último relatório Focus. Dessa diferença, 0,5 ponto aparecerá nos próximos quatro meses, avalia.

"Minha projeção para o comportamento de serviços é igual a do mercado. O que muda é a parte de alimentação e bens industriais", diz. Apenas para o primeiro grupo, ele estima alta de 1% de alimentos este ano, contra 4% da Focus. "A safra neste ano foi super boa, não vamos conseguir exportar todo esse excedente e isso exerce uma pressão baixista no Brasil."

A estimativa para a **inflação** bem abaixo do consenso do Focus, que também significa uma inércia menor para 2024, é um dos três fatores que devem apoiar um ritmo mais forte de redução da Selic, opina Ázara. Nos cálculos do economista, com a aprovação de um arcabouço fiscal "mais ou menos ajustado" e a manutenção da meta de **inflação** em 3%, o modelo usado pelo Banco Central para estimar a trajetória da **inflação** passaria a indicar ela na meta já na virada do primeiro para o segundo semestre de 2024 e abaixo dela no fim de 2025.

"Se estivermos certos, vai ocorrer uma queda muito firme das projeções. No caso da Selic, a gente acha que existe espaço para um corte de 0,5 ponto em dezembro, em uma trajetória que chega a 9% em setembro do ano que vem, diz.

Carvalho, da Vinci, acredita que há espaço para o BC iniciar o ciclo de queda já em agosto. O economista aponta que a autoridade monetária pode optar por conduzir o desaperto monetário de forma bastante gradual, com movimentos de 0,25 ponto, que levaria a Selic para 12,75% no fim do ano. "Não acho que o BC vai ficar tranquilo com a **inflação** de serviços, mas é possível começar com cortes pequenos nos juros."

O Itaú revisou recentemente sua projeção para o **PIB** do primeiro trimestre de 1,2% para 1%, incorporando a surpresa principalmente com a agricultura, mas também uma maior resiliência da atividade. Caso esse número se confirme nesta quinta-feira (10), quando o IBGE divulga os dados do **PIB**, a estimativa para o ano, atualmente em 1,4%, também deve ser elevada, diz a economista Natalia Cotarelli.

Ela ressalta que o índice de surpresa econômica do banco também mostra uma forte aceleração na ponta, principalmente em março e abril. "Houve surpresa

principalmente nos indicadores de varejo e serviços às famílias, bem como do mercado de trabalho formal e informal", diz.

Cotarelli acrescentando que o segundo trimestre também tem mostrado alguma resiliência e lembra que alguns estímulos fiscais estão entrando em vigor neste momento, como o novo valor do salário mínimo e a antecipação do abono salarial.

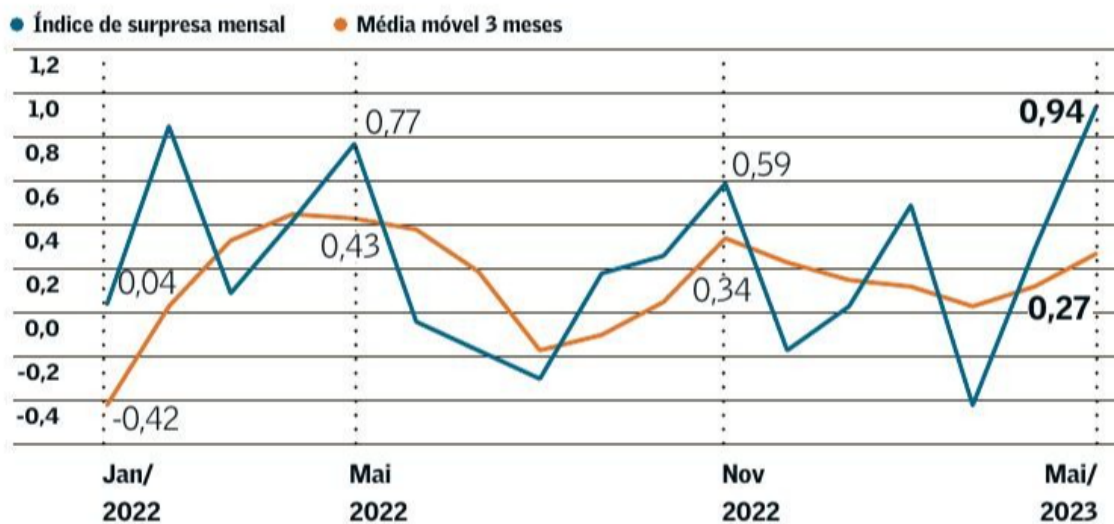
"O motivo do crescimento vem, principalmente, do lado da oferta...

Não acho que seja muito inflacionário no momento"
José Carlos Carvalho

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230529/>

Resiliência inesperada

Índice de surpresa da atividade econômica



Fonte: Bradesco